

**ESTUDO DE ATUALIZAÇÃO DO PORTFÓLIO DOS
EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Atualização da Visão 2020 - Relatório Final

Volume 3 - Anexo II

Pesquisa WebDelphi – Regional

Região 3

Eixos Centro-Oeste e Araguaia-Tocantins

São Paulo, novembro de 2002

Índice – Região 3

A - Perfil dos respondentes do questionário regional	1
1. Nomes.....	2
2. Cargos	4
3. Campos de atuação.....	5
4. Formação profissional.....	6
5. Nível de conhecimento dos respondentes:.....	7
B - Questões e resultados.....	8
1. Comércio internacional e protecionismo	9
1.1 Conhecimento sobre o tema	9
1.2 Perfil das exportações brasileiras.....	10
1.3 Parceiros comerciais	11
1.4 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	11
2. Integração regional, territórios e zonas econômicas exclusivas.....	17
2.1 Conhecimento sobre o tema	17
2.2 Integração sul-americana:	18
2.3 Qual a sua visão sobre a situação do Mercosul em 2020?	19
2.4 Quais serão as implicações da situação prevista de integração sul-americana?.....	19
3. Meio ambiente e sustentabilidade	23
3.1 Conhecimento sobre o tema	23
3.2 Poluição global	24
3.3 Água	25
3.4 Biodiversidade	28
3.5 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	29
4. Demografia, amadurecimento do perfil etário e qualidade de vida	35
4.1 Conhecimento sobre o tema	35
4.2 Amadurecimento do perfil etário.....	36
4.3 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	37
5. Trabalho, renda e desigualdade, pobreza e inclusão social	40
5.1 Conhecimento sobre o tema	40
5.2 Distribuição de Renda	40
5.3 Relações de Trabalho	41
5.4 Legislação Trabalhista.....	42
5.5 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	42
6. Urbanização	46
6.1 Conhecimento sobre o tema	46
6.2 Distribuição da População Urbana.....	47
6.3 Qualidade de vida e a questão urbana.....	48
6.4 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	51
7. Mudanças na infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações.....	56
7.1 Conhecimento sobre o tema	56
7.2 Transportes.....	56
7.3 Energia	58

7.4	Telecomunicações.....	59
7.5	Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	60
8.	A sociedade da informação, inovação e competitividade	65
8.1	Conhecimento sobre o tema	65
8.2	Inovação e Competitividade	67
8.3	Educação.....	69
8.4	Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	69
9.	Movimentos político-ideológicos - o papel do Estado no processo econômico e produtivo	73
9.1	Conhecimento sobre o tema	73
9.2	Papel do Estado	74
9.3	Participação política.....	75
9.4	Entraves ao crescimento	78
9.5	Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.....	79
10.	Visão Nacional 2020.....	80
10.1	Indique seu grau de concordância com a visão apresentada no “Estudo dos Eixos”.....	81
10.2	Proponha alguma alteração, apresentando uma nova visão ou descontinuidade:	81

A - Perfil dos respondentes do questionário regional

1. NOMES

Nome	Organização
Almir Franco de Sá Barbuda	Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais
Américo Rodrigues Filho	Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico
Ana Lúcia Delgado Assad	Biotechnology e Recursos Genéticos - Genoma
Ana Lucia Tostes de Aquino Leite	Educação Ambiental
Andréa de Castro Bicalho	Climatologia, Meteorologia e Hidrologia
Ângelo Bressan Filho	Gestão da Política Agropecuária
Artur Nobre Mendes	Território e Cultura Indígenas
Biramar Nunes de Lima	Integração da Cadeia do Agronegócio
Bruno Augusto Dizioli	Ministério da Defesa - Estado-Maior de Defesa
Bruno Nazário Martins	Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo
Carlos Gardel Ribeiro	Fundação Estadual do Meio Ambiente
Carlos Luiz Dias da Silva	Gestão da Política de Comunicações
Cynthia Losso Prudente	Direitos Humanos, Direitos de Todos
Denise Valéria de Lima Pufal	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do Papagaio
Edgard Medeiros	Federação das Indústrias do Estado do Pará
Fabio de Carvalho	Café Arábia
Fernando Antônio de Souza Costa	Produtividade do Algodão e de outras Fibras
Frederico José da Silveira Monteiro	Inovação Tecnológica em Telecomunicações
Gonçalo Pedroso Branco de Barros	Tribunal de Contas Estado MT
Guy de Fontegalland	Fibra-Feder.das Ind.de Brasília
Iêda Maria de Oliveira Lima	Transporte Rodoviário Urbano
Jairo Rodrigues da Silva	Manutenção da Malha Rodoviária Federal
João Antonio Fleury Teixeira	Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
João Bosco de Carvalho Lima Freitas	Sistemas Locais de Inovação
João Gilberto Lotufo Conejo	Agencia Nacional de Águas - SPR
José Domingos Gonzalez Miguez	Mudanças Climáticas
José Edil Benedito	Agência Nacional de Águas
José Marçal dos Santos Júnior	Qualidade dos Insumos Agrícolas
José Maria da Cunha	Corredor Oeste-Norte
José Nilton de Souza Vieira	Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira
Juarez Correia Barros Júnior	Trabalho Seguro e Saudável
Júlio de Castilhos Matzenbacher Machado	Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária
Kazuyoshi Ofugi	Fundação de Apoio à Pesquisa/FAPDF
Ilenor Elemar Zilgler	Banco do Brasil S/A

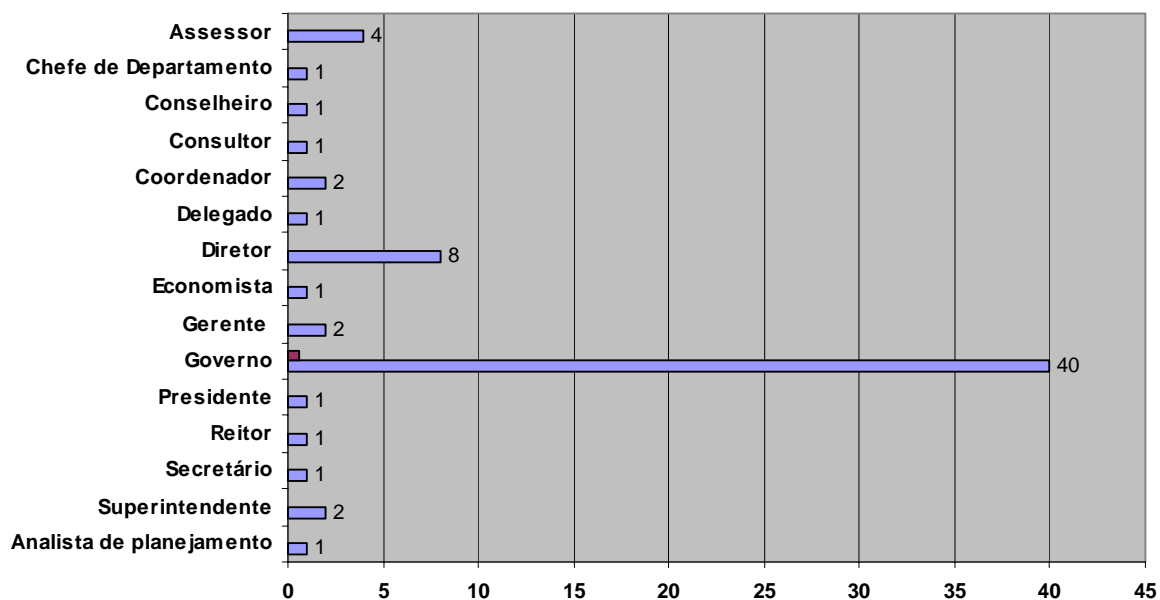
Nome	Organização
Lucy Roman Bertolin	Governo do Estado do Tocantins
Luiz Carlos de Miranda Joels	Ciência e Tecnologia Para a Gestão de Ecossistemas
Luiz Cláudio de Vasconcelos	Infra-Estrutura Urbana
Luiz Gladstone de Castro Almendra	Serviços Privados de Telecomunicações
Luiz Otávio Caldeira Paiva	Turismo: A Indústria do Novo Milênio
Luzia Guimaraes	Faculdade Cândido Rondon
Marcos de Oliveira Ferreira	Previdência Social Básica
Maria de Lourdes de Sousa Maia	Prevenção e Controle Das Doenças Imunopreveníveis
Marília Sardenberg Zelner Gonçalves	Cooperação Científica e Tecnológica Internacional
Mário de Carvalho	Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
Martinho Cândido Velloso dos Santos	Navegação Interior
Nelson Gonçalves Galvão	Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial e Mineral
Otávio Augusto Gonçalves Jardim	Saneamento e Vida
Paulo Speller	UFMT
Paulo Vargas	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Raimundo Deusdará Filho	Florestar
Reinaldo Fernandes Danna	Ministério da Ciência e Tecnologia
Reinaldo Pena Lopes	Agricultura Familiar - Pronaf
Renata Maria Paes de Vilhena	Governo Eletrônico
Ricardo Jose Soavinski	Ministerio do Meio Ambiente
Roberto Zaidan	Corredor Araguaia-Tocantins
Rodrigo Machado Malaspina	Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira
Rogério Vilas Boas Teixeira de Carvalho	Cia. Energética de Brasília
Rui Dias da Costa	SENAI
Sanelva Moreira Ramos Vasconcelos Filho	Gestão da Política de Transportes
Sergio Ferreira de Figueiredo	Investimentos em Petróleo e Gás
Sérgio Nunes de Souza	Cultura Exportadora
Sérgio Paz Magalhães	Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas
Simão Marrul Filho	Recursos Pesqueiros Sustentáveis
Tarcisio da Silva Siqueira	Produtividade da Citricultura
Valter Albano da Silva	Tribunal de Contas Estado MT
Vera Lucia Santos Ribeiro	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Welson Diniz	Delegacia Regional do Ministério das Comunicações

Total de respondentes: 67

2. CARGOS

Analista de planejamento	1	1%
Assessor	4	6%
Chefe de Departamento	1	1%
Conselheiro	1	1%
Consultor	1	1%
Coordenador	2	3%
Delegado	1	1%
Diretor	8	12%
Economista	1	1%
Gerente	2	3%
Governo	40	60%
Presidente	1	1%
Reitor	1	1%
Secretário	1	1%
Superintendente	2	3%

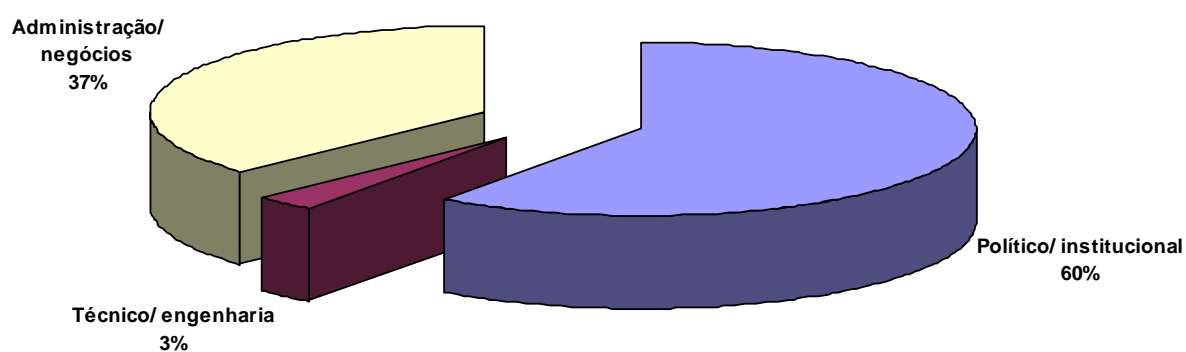
Figura 1: Distribuição dos cargos



3. CAMPOS DE ATUAÇÃO

Administração/negócios	37%
Político/institucional	60%
Técnico/engenharia	3%

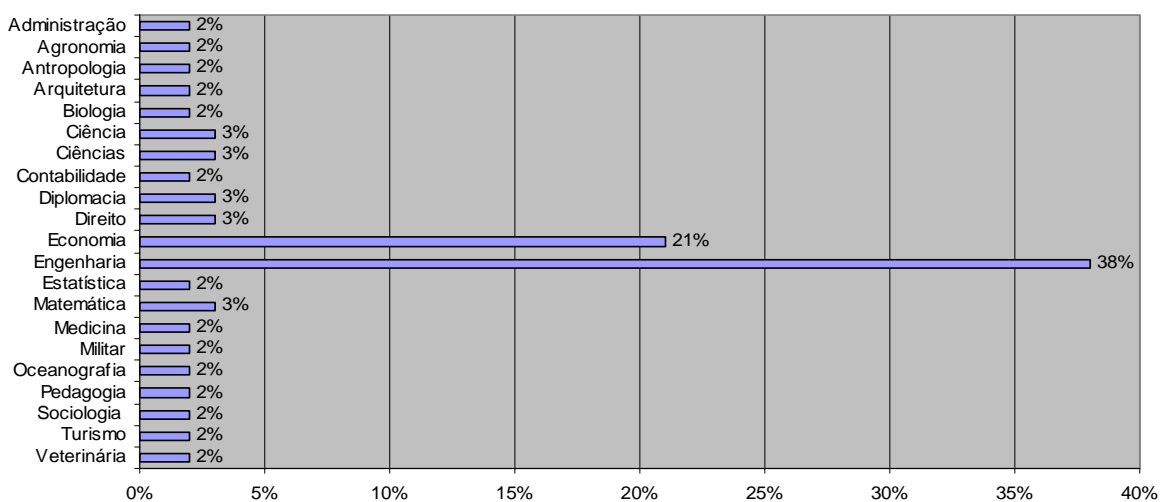
Figura 2: Campos de atuação



4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Administração	3%
Agronomia	2%
Antropologia	2%
Arquitetura	2%
Biologia	2%
Ciência Política	3%
Ciências	3%
Contabilidade	2%
Diplomacia	3%
Direito	3%
Economia	21%
Engenharia	38%
Estatística	2%
Matemática	3%
Medicina	2%
Militar	2%
Oceanografia	2%
Pedagogia	2%
Sociologia	2%
Turismo	2%
Veterinária	2%

Figura 3: Formação profissional



5. NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS RESPONDENTES:

1 – Elevado

2 – acompanha os debates

3 - Pouco

Questão	Médias
01	2,0
02	2,11
03	1,82
04	2,08
05	1,94
06	2,08
07	1,94
08	1,94
09	1,96
TOTAL	1,98

B - Questões e resultados

1. COMÉRCIO INTERNACIONAL E PROTECIONISMO

1.1 *Conhecimento sobre o tema*

8 – 16%	33 – 66%	8 – 16%
Elevado	Acompanha os debates	Pouco

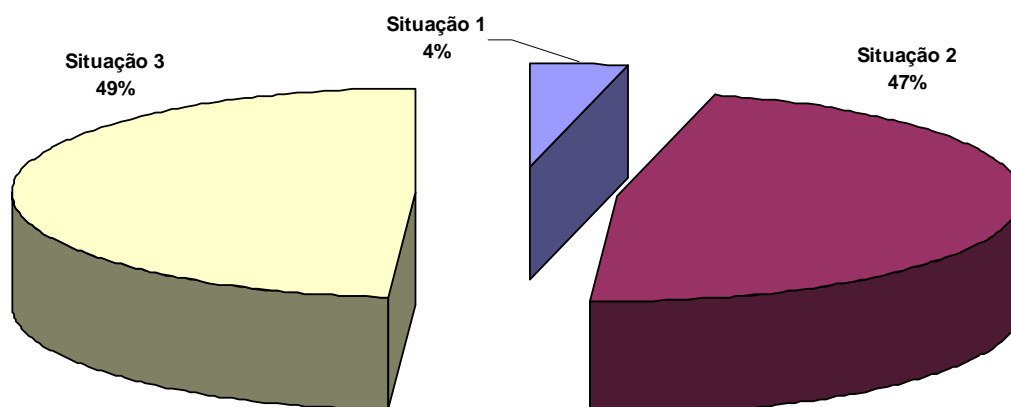
A participação das exportações brasileiras vem diminuindo em relação ao comércio mundial. O Brasil exporta muitos produtos de baixo conteúdo tecnológico, cujo valor de troca no mercado internacional está declinando. É necessário aumentar a participação de manufaturados e diversificar as exportações em direção a mercados dinâmicos e produtos de maior valor agregado. Seria importante reduzir o chamado "custo Brasil" e incrementar o grau de inovação, o que permitiria tornar nossos produtos mais competitivos. Outra necessidade é atuar politicamente para obter maior abertura dos mercados europeu, americano e asiático.

1.2 Perfil das exportações brasileiras

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
2 – 4%	22 – 47%	23 – 49%
Participação elevada de produtos primários (mais de 50%) e de produtos com baixo conteúdo tecnológico, com pouco dinamismo nas exportações.	Participação elevada dos manufaturados e de produtos com elevado valor agregado (mais de 70%), com grande dinamismo nas exportações.	Crescimento acelerado nas exportações, com forte evolução de produtos primários e de manufaturados, mantendo a composição atual da pauta (manufaturados representando 56%)

Figura 4: Perfil das exportações



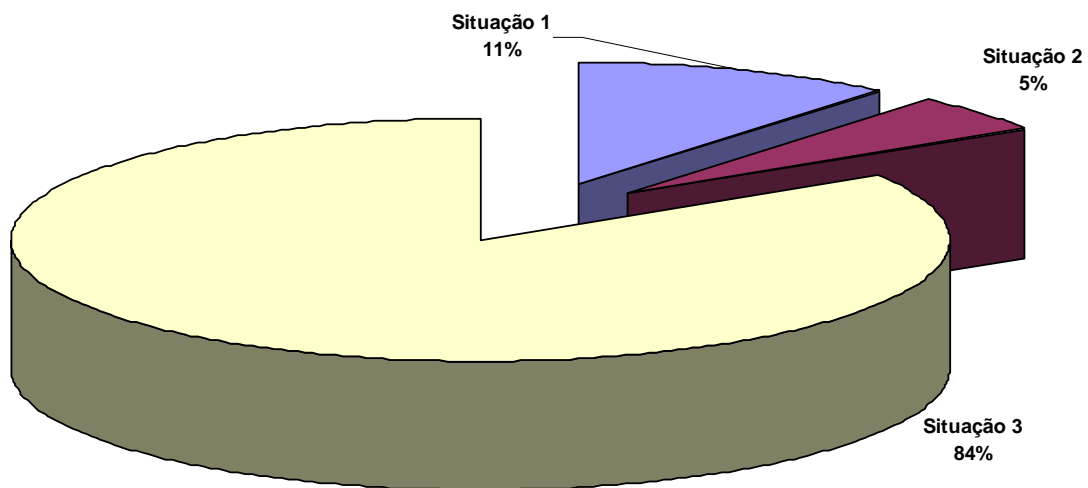
1.3 Parceiros comerciais

De um modo geral, as exportações brasileiras, hoje, se destinam à União Européia (26%), Estados Unidos (24%) e Aladi¹ (23%).

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
5 – 11%	3 – 5%	39 – 83%
Brasil participando da ALCA (Mercado Comum das Américas) e tendo essa área como seu principal mercado.	A União Européia recebendo a maioria das exportações brasileiras devido à retirada das barreiras que hoje existem.	O Brasil tendo um comércio mais equilibrado entre as regiões (Américas, União Européia e Ásia).

Figura 5: Parceiros comerciais



1.4 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.

- O Brasil deve ampliar sua base exportadora e diversificá-la, para reduzir sua dependência na área de mercados, de produtos e de empresas. Atualmente, os destinos das exportações brasileiras são poucos (EUA, UE e ALADI compram, juntos, cerca de 80%) e qualquer alteração no quadro político, econômico ou

¹ Associação Latino-Americana de Integração – Aladi - Organismo intergovernamental que, continuando com o processo iniciado pela ALALC em 1960, promove a expansão da integração da região, objetivando garantir seu desenvolvimento econômico e social e tendo como meta final a criação de um mercado comum. - <http://www.aladi.org/>

social altera sobremaneira o escoamento dos produtos brasileiros, vide caso da Argentina, que devido à crise, compra cerca de 60% menos do Brasil. O governo Federal já está trabalhando o comércio com novos mercados, como a Rússia, Índia, China, Emirados Árabes, entre outros. A tendência de longo prazo é diminuirmos nossa dependência de mercados específicos e distribuímos mais os destinos de nossas exportações. No Brasil poucas empresas exportam. Em 2001 foram 17.267, uma parte reduzida quando comparada ao total de empresas existentes. Além disso a participação das micro e pequenas empresas na exportação é muito baixa. Isto nos leva, novamente, à dependência do desempenho de algumas grandes empresas (EMBRAER, Petrobrás, empresas do aço, etc.). Na análise dos produtos, o resultado não é diferente: concentração. Aviões, petróleo e seus derivados, aço, soja e outros grãos, etc. Isto nos torna vulneráveis às alterações externas das normas de comercialização, vide o caso das restrições criadas ao aço brasileiro nos EUA, impactando negativamente a balança comercial brasileira. A grande saída para esse quadro é o aumento da participação das micro e pequenas empresas nas exportações brasileiras. A sensibilização dessas empresas e a difusão de uma cultura exportadora nos levará a um quadro de exportações com melhor distribuição, sob qualquer ótica de análise.

- Redução na necessidade de recursos externos, com aumento da poupança interna.
- Investimentos em pesquisa científica de forma acelerada.
- Investimentos pesados em educação, tecnologia e infra-estrutura.
- Implementação necessária, porém difícil, de políticas compensatórias para atender à grande parcela da população brasileira que ficará fora do mercado formal de trabalho, em razão da forte concorrência dos produtos importados, com a conseqüente falência de muitas empresas brasileiras.
- O Brasil assumiu, despreparado, as responsabilidades de signatário da Organização Mundial do Comércio, com um corpo técnico deficiente e uma estrutura de negociação internacional incipiente. Para evoluir, nesse particular, é preciso fazer investimentos em estudos prospectivos, ampliação do

conhecimento da realidade dos mercados mundiais, incursões comerciais melhor estruturadas e mais "agressivas", e em formação e capacitação de negociadores, o que vai permitir, no curto e médio prazos, alterar substancialmente a posição do país no cenário do mercado global.

- O esforço governamental será no sentido da luta pela remoção das barreiras comerciais impostas unilateralmente, de forma explícita ou velada (subsídios, sobrepreços, taxações, cotas), com o que será possível ampliar e tornar permanente a participação competitiva dos produtos brasileiros no mercado mundial.
- A visão é decorrente da ineficácia ou inexistência de políticas de desenvolvimento tecnológico, focadas no lado da demanda industrial, que sejam atraentes para o capital internacional, tanto em termo de serviços, quanto em termos de escolha do Brasil para esse desenvolvimento. Trata-se de um imenso desafio incentivar empresas supranacionais a transferir, para o Brasil, recursos aplicados em tecnologia nos países de suas matrizes. As empresas nacionais só têm espaço como satélites de empresas globalizadas, se globalizando em termos de mercado e em termos tecnológicos. Trata-se de uma hierarquia que não pode ser subvertida de uma vez.
- Faz-se necessário pensar em estratégias de inclusão social e desenvolvimentos de áreas e populações carentes.
- Inserção do segmento dos pequenos agricultores no mercado internacional, por meio de ações de organização social e cooperação
- Transição para um modelo de desenvolvimento rural sustentável, focado na diversidade de produtos e na seleção de produtos que seriam o carro-chefe para a entrada em mercados internacionais.
- Desenvolver estratégias de inserção de produtos da biodiversidade.
- Divulgação de produtos, como alimentos à base de frutas ainda desconhecidas do mercado nacional e internacional, que possuam potencial de incrementar a pauta de exportações, com sustentabilidade ambiental e inserção social.

- Apoio para alavancagem de novos produtos, considerando seu impacto social e econômico e assumindo uma análise mais qualitativa do processo de desenvolvimento da região do Araguaia-Tocantins.
- Maior participação do Brasil no mercado internacional, caso haja um processo de crescente agregação de valor nas nossas exportações, principalmente de produtos com forte conteúdo tecnológico.
- Diminuir a corrupção.
- Implementar cultura de proteção do conhecimento (difundir mecanismos de proteção, como patentes, e as práticas de contra-inteligência).
- Apoio do Governo brasileiro às empresas nacionais.
- Diferenciação, na produção de produtos orgânicos e ecologicamente corretos.
- A ALCA é irreversível e a América Latina, desunida, com o Mercosul quase em frangalhos, não conseguirá ter poder negociatório junto aos EUA e Canadá. Dessa forma, o principal desafio será a revisão dos acordos que forem feitos a fim de diminuir as desvantagens iniciais com as quais o Brasil entrará na ALCA.
- É provável que, se não houver maiores obstáculos à implantação da ALCA, a sua efetiva consolidação se dê no longo prazo, o que provocaria uma maior diversificação do destino dos nossos produtos. Um comércio exterior equilibrado não se contrapõe à implantação da ALCA, cuja viabilização, provavelmente, não se dará dentro das previsões, em virtude da mudança do cenário político.
- A ALCA traria geração de empregos no Brasil; maior condição do Brasil negociar com os membros, principalmente os EUA.
- Manter um comércio equilibrado entre as regiões, dado que a tendência é a concentração, por parte dos EUA, em virtude da ALCA. A maior abertura da União Européia, com a retirada das barreiras, poderia ser uma maneira de manter esse equilíbrio, porém haverá maior competição de importações do Leste Europeu, com a incorporação desses países na União Européia. O comércio com o Japão deverá crescer até 2020.

- Expandir o agronegócio, incluindo maciçamente maior número de itens na pauta das exportações, em quantidades crescentes e diversificando mercados, de modo a minimizar os riscos conjunturais e de barreiras comerciais, bem como aqueles associados às causas naturais.
- Buscar nichos de colocação de produtos manufaturados em mercados tecnologicamente compatíveis.
- Substituir a importação de manufaturados, incentivando a produção interna.
- Incorporar efetivamente as tecnologias de informação / informática ao sistema produtivo, em especial à logística de transporte e comercialização.
- Perda de uma relativa liberdade comercial, no que diz respeito a trocas comerciais com outros blocos econômicos. Haverá prejuízos, especialmente no setor agrícola.
- Recuperar a infra-estrutura rodoviária dos corredores de exportação para o MCE.
- Formulação e implementação de políticas comerciais específicas (regime de proteção, tarifas, acordos setoriais).
- Maiores investimentos em tecnologia agrícola.
- Agressiva política de comércio exterior.
- Desenvolvimento tecnológico voltado para indústria exportadora.
- Eliminação de custos das exportações.
- Infra-estrutura renovada e integração de cadeias produtivas.
- O Brasil deverá rever fundamentos da economia, sobretudo a política de juros e a dependência do capital externo. É imprescindível uma reforma tributária que desonere as exportações brasileiras, reduzindo o "custo Brasil" para tornar nossos produtos mais competitivos. Buscar o investimento produtivo e desencorajar a especulação financeira.

- Agregação de valor das cadeias de grande competitividade na exportação de produtos primários e a inserção de outras, baseadas em produtos de maior valor agregado.
- Os produtos primários tendem a ter como destino, principalmente, a União Européia e a Ásia, e os manufaturados tendo como principal destino o mercado americano.
- Fortalecimento de nossas ações no campo internacional, seja na arena político-institucional, fortalecendo as equipes de negociadores, com vistas a assumir uma postura proativa no campo das negociações, seja bilaterais, ou, ainda, entre os Blocos, ou, mesmo, no âmbito da OMC.
- O comércio exterior deve ser tratado como um "negócio", especialmente pelo setor privado. Assumir uma postura empresarial em que o produtor, através de estratégias agressivas de marketing, leve para o mercado a garantia de que seu produto é de qualidade superior.
- Eliminar as medidas fitossanitárias proibitivas impostas pelos principais países importadores, amparando nos princípios do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias no âmbito da Organização Mundial do Comércio. A possibilidade de aumentar a participação do Brasil no comércio internacional irá aumentar a renda do produtor brasileiro, criando espaço para investimentos e incorporação de tecnologias que possibilitem a agregação de valor aos produtos destinados ao mercado externo.
- O protecionismo americano e europeu não deve arrefecer nos próximos anos, ao contrário. De acordo com a perspectiva de crescimento desacelerado das economias européia e americana, novas formas de proteção deverão surgir, dificultando ainda mais a entrada dos países em desenvolvimento no mercado internacional. Porém, outros mercados, ainda pouco explorados, poderão trazer novas perspectivas para as exportações brasileiras.
- Uma ampliação no leque de países parceiros necessitará de estrutura técnica que permita identificar necessidades dos mercados e adequação de produtos, bem como equipe especializada em questões tarifárias e barreiras comerciais.
- Manter a economia estabilizada.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL, TERRITÓRIOS E ZONAS ECONÔMICAS EXCLUSIVAS

2.1 *Conhecimento sobre o tema*

2 – 5%	35 – 80%	7 – 16%
Elevado	Acompanha os debates	Pouco

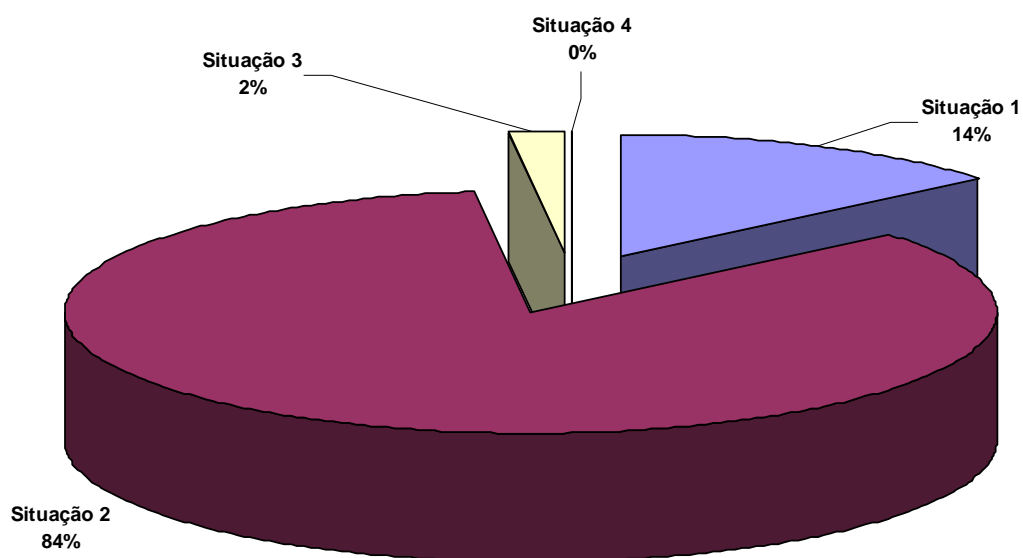
A Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) tem como objetivo a integração da região, em projetos de energia, transporte e telecomunicações, e iniciativas para a integração comercial. Já foram feitas duas reuniões, de nível presidencial, entre 12 países, nas quais foram discutidas metas de incremento de crescimento, de forma sustentada, e a distribuição dos resultados de forma justa para a sociedade. Constatou-se que será necessário aumentar tanto a competitividade da região como sua produtividade. Somado a isso, será importante a implantação de políticas que assegurem a redução da pobreza e a conservação do meio ambiente.

2.2 Integração sul-americana:

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
6 – 14%	35 – 84%	1 – 2%	0 – 0%
Integração plena da infra-estrutura e do comércio da região, com livre circulação de mercadorias.	Há uma evolução favorável da integração da infra-estrutura, mas permanecem importantes barreiras não tarifárias ao comércio intra-regional.	O nível de integração física e comercial é semelhante à situação de 2002.	As divisões políticas e o protecionismo se manifestam na região, aumentando as barreiras à integração física e econômica da região.

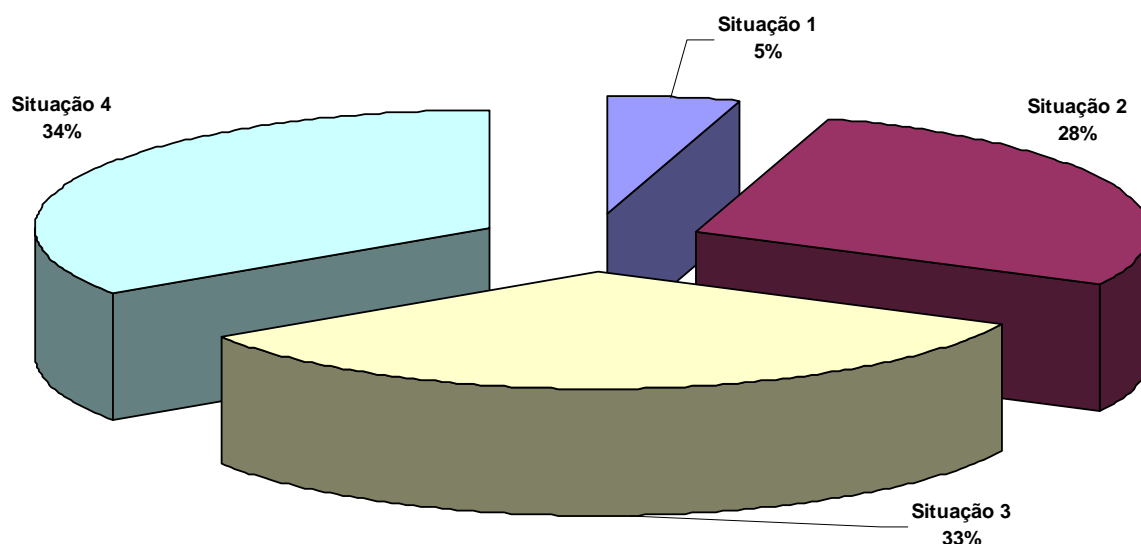
Figura 6: Integração sul-americana



2.3 Qual a sua visão sobre a situação do Mercosul em 2020?

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
3 - 7%	17 - 40%	20 - 48%	2 - 5%
Evoluirá na direção de se tornar um efetivo mercado comum, porém limitado aos membros atuais.	Incorporará a maioria dos outros países da América do Sul, como um efetivo mercado comum.	O Mercosul perde a importância em função da prevalência da Alca.	Nenhum mercado comum abrangente existirá na América do Sul em 2020.

Figura 7: Mercosul



2.4 Quais serão as implicações da situação prevista de integração sul-americana?

- A América do Sul tem pela frente pelo menos três grandes desafios: a estabilização econômica de seus dois principais membros; a consolidação de um mercado comum no âmbito local e a harmonização de interesses com vistas às negociações no âmbito da ALCA e demais blocos econômicos.
- Vaga expectativa de que o Mercosul se transforme, efetivamente, numa zona de livre comércio. Alguns países ainda deverão se valer de mecanismos de proteção, tais como tarifas e cotas de importação. Dessa forma, é natural que o

Mercosul perca espaço em benefício da consolidação da ALCA. Entretanto, os benefícios dessa integração mais ampla serão tão maiores quando maior for o nível de sensibilização e de integração dentro do Mercosul, para que haja um processo harmônico de defesa dos interesses de seus membros. Nesse caso, adiar as discussões no âmbito da ALCA, dando condições para que se restabeleça a "ordem" dentro do Mercosul, é condição primordial para o fortalecimento desse último bloco nas negociações com o NAFTA, especialmente com os Estados Unidos. O Brasil deve ser o grande responsável pela articulação desse processo.

- A integração sul-americana se apresenta como condição "sine qua non" para o efetivo crescimento econômico, político e social de grande parte dos países da região. Ante a perspectiva de implantação da ALCA, não haverá alternativa de inclusão ou mesmo de "sobrevivência" mais lógica e consistente que não seja a da atuação em bloco desses países. O isolamento se afigurará como a postura menos indicada, para a grande maioria dos países. Sem dúvida, são muitas as dificuldades a enfrentar, com destaques para a disparidade econômica e as assimetrias de natureza econômica, política, social e cultural. São, no entanto, desafios de médio e longo prazos e que devem figurar, como prioridades absolutas, nos programas governamentais de cada um dos países da região.
- A integração física favorecerá a comercial, que evoluirá para uma parcial integração política, com gradual crescimento da importância do Parlamento Sul Americano, que se consolidará, no período, como um fórum privilegiado de debate dos problemas regionais.
- No horizonte temporal de 2020, provavelmente se estará discutindo uma moeda única, mas dificilmente se colocarão temas como a federalização dos Estados dessa Região.
- A integração sul-americana deverá ser lenta. Em 30 anos não haverá tempo suficiente para resolver todos os problemas que surgirão e a capacidade de resolvê-los será menor que na UE.

- A existência de um mercado comum, entre poucos membros, será mais conseqüência de mecanismos de política de integração regional do que propriamente reserva de mercado, ou acordos preferenciais.
- Aumento do hiato e atraso de alguns países.
- Especialização produtiva de algumas regiões de mais difícil acesso.
- Integração do sistema financeiro e moeda única.
- Organismos multilaterais regionais renovados - novos papéis para o BID, OEA e outros.
- Forte atenção da opinião pública para sistema político democrático.
- Avanços irão existir, certamente, na integração das regiões que compõem a América Latina, principalmente com relação à infra-estrutura e comunicações.
- Caminhará no mesmo sentido do Mercado Comum Europeu, inclusive com a criação de uma moeda única.
- É impraticável integrar, de uma forma global, mercados com enormes desigualdades econômicas e culturais. Talvez o Mercosul venha a se viabilizar por intermédio de uma gestão global dos países integrantes, envolvendo, no entanto, pautas regionalizadas, onde, inclusive, poderiam ser atribuídos privilégios e encargos temporários negociados por seus membros.
- Fortalecerá a inserção do Mercosul frente aos demais blocos comerciais.
- Haverá um fortalecimento das economias dos países da América do Sul, com um forte intercâmbio de bens e serviços. A característica complementar das economias de alguns dos países poderá ajudar neste processo de integração.
- Maior capacidade de definição da pauta de exportações/importações aliando-se ao MCE.
- A tendência será o Brasil encontrar maiores dificuldades para os seus produtos com maior conteúdo tecnológico, e maiores facilidades para os produtos cujos concorrentes são produzidos fora da ALCA ou para suas *commodities*, tendo em

vista a nossa grande produtividade e domínio tecnológico, em especial na agroindústria.

- Dificilmente haverá uma área de livre comércio.
- Perda de autonomia dos países latino-americanos e submissão aos interesses econômicos dos Estados Unidos da América.
- Agravamento da crise que afeta todos os emergentes, em particular no Cone Sul.

3. MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3.1 *Conhecimento sobre o tema*

13 – 29%	27 – 60%	5 – 11%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

A Convenção sobre o Clima, adotada na Rio-92, prevê que os países industrializados deverão reduzir suas emissões de gases que provocam o efeito estufa. Já os países em desenvolvimento não estão sujeitos a tais limitações porque o seu crescimento econômico exige maior consumo de combustíveis fósseis. O Protocolo de Kyoto (de 1997, ainda não ratificado por todos os países, e em especial pelos EUA), criou vários mecanismos “de flexibilização” para reduzir as emissões desses gases pelo conjunto dos países industrializados.

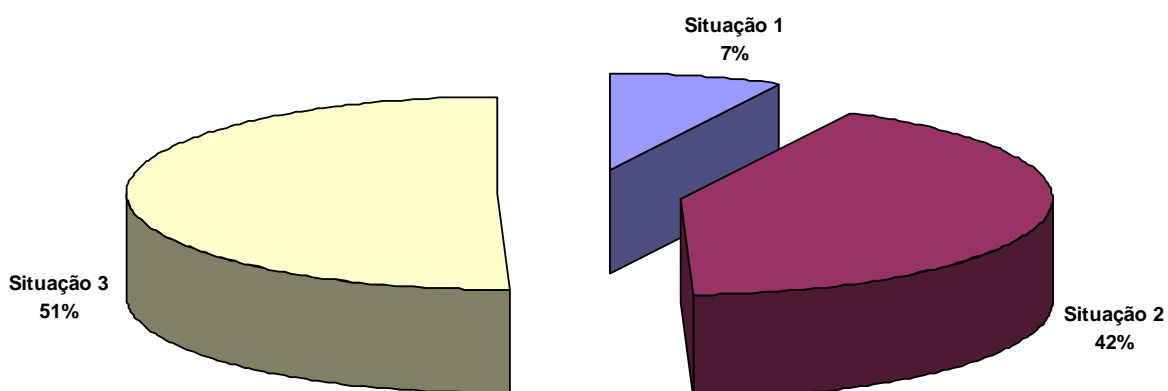
Desenvolvimento limpo - Os países industrializados terão de reduzir suas emissões em cerca de um bilhão de toneladas de carbono por ano, dentro de dez anos. Projetos implementados em países em desenvolvimento, como o Brasil, poderão ser aceitos como uma das formas de cumprir o Protocolo de Kyoto.

3.2 Poluição global

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
2%	44%	54%
A conscientização quanto à poluição global e questões do meio ambiente é pequena. Protocolo de Kyoto não é ratificado pela maioria dos países. Brasil interrompe projetos de Desenvolvimento Sustentado que atendam à Convenção do Clima.	A conscientização quanto à poluição global e sustentabilidade aumenta no mundo. O Protocolo de Kyoto é ratificado pela maioria dos países, inclusive os EUA. As exportações, necessariamente, obedecem às convenções internacionais sobre a conservação do meio ambiente e a produção sustentável. Investimentos internacionais importantes são direcionados ao Brasil para projetos de preservação ambiental, biodiversidade e seqüestro de carbono, via biomassa.	Crescente conscientização mundial em relação à poluição global e meio ambiente. O Protocolo de Kyoto é ratificado, até 2010, com fortes restrições. A questão ambiental atua como barreira não tarifária em muitos casos, mas alguns projetos, com forte perfil ambiental, atraem investimentos, em especial da Europa.

Figura 8: Poluição global



3.3 Água

A expansão demográfica no Planeta coloca em risco a disponibilidade de oferta de água de qualidade, e a água transforma-se em item estratégico da economia mundial. O país, embora tenha recursos hídricos, hoje abundantes (Aquífero Guarani – maior reservatório subterrâneo da América do Sul), enfrenta sérias dificuldades para abastecer sua população com água potável de qualidade. Uma razão é a carência de investimentos na captação, tratamento e distribuição: 20% dos domicílios brasileiros não são atendidos por rede de água, e apenas 50% pela coleta de esgotos. Acrescente-se a essas carências a necessidade de irrigação, geração de energia, transporte fluvial (comportas), e os usos múltiplos da água.

Qual a situação prevista para 2020, quanto à disponibilidade de água?

Região	Escassez muito grande, limitações severas de oferta.	Limitação de oferta para os usos múltiplos, mas sem escassez grave.	Disponibilidade de água de qualidade atendendo a todas as necessidades.
Sul	2%	60%	38%
Sudeste	19%	67%	14%
CentroOeste	5%	70%	25%
Nordeste	0%	33%	67%
Norte	2%	35%	63%

Figura 9: Água – Região Sul

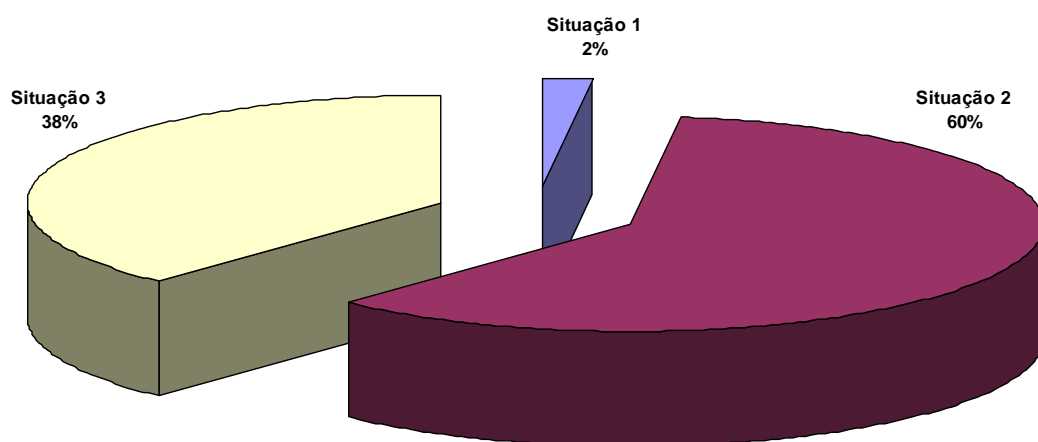


Figura 10: Água – Região Sudeste

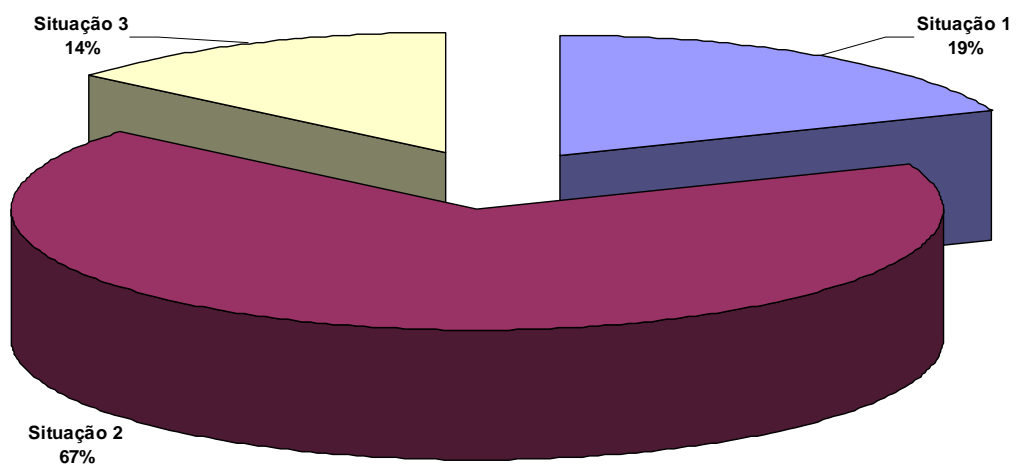


Figura 11: Água – Região Centro-Oeste

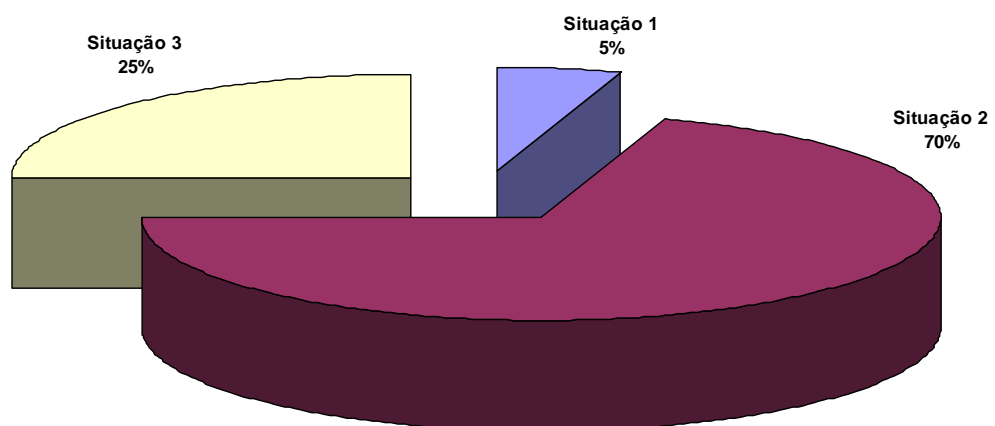


Figura 12: Água – Região Nordeste

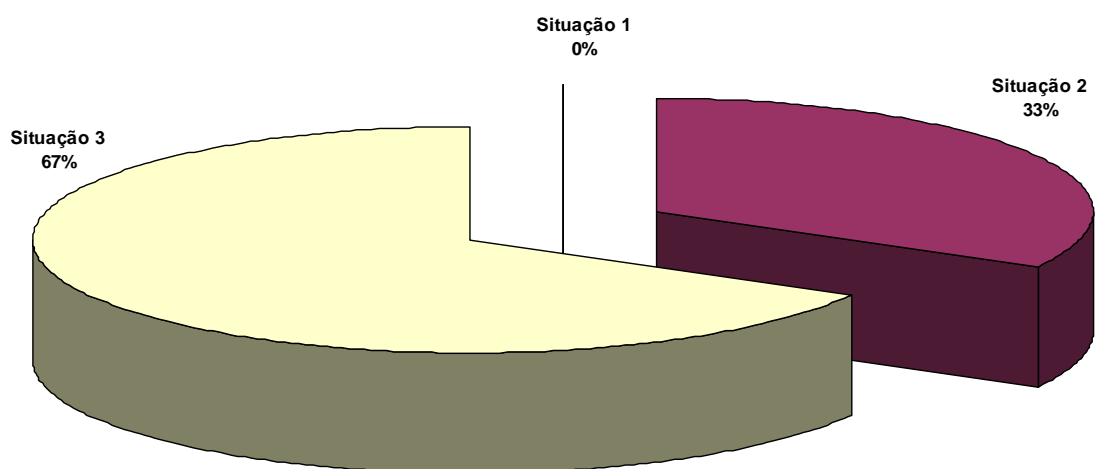
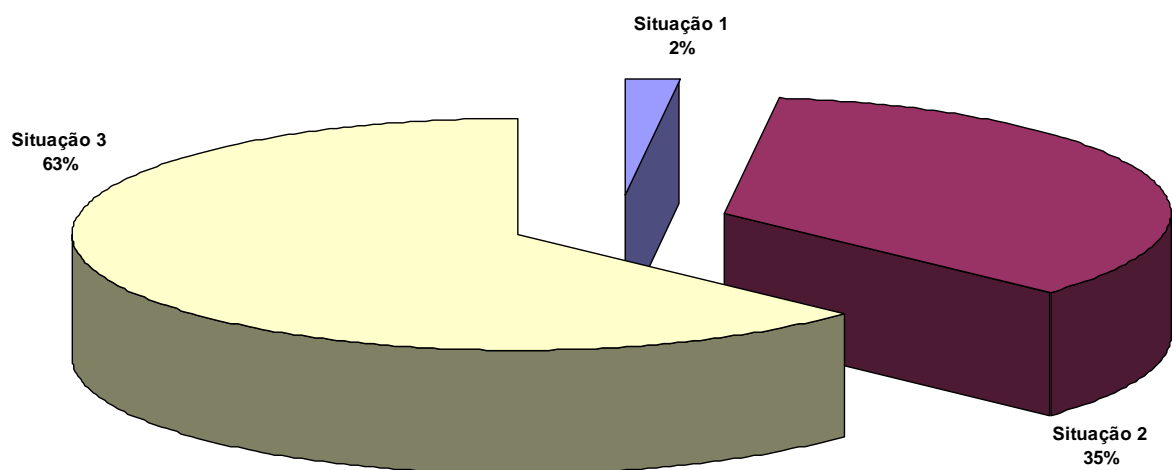


Figura 13: Água – Região Norte



3.4 Biodiversidade

A exemplo do que aconteceu na maioria dos países desenvolvidos, a Mata Atlântica foi reduzida a cerca de 8% do que era originalmente. Isso torna as precauções de preservação dos recursos da Amazônia uma tarefa inadiável. A floresta tropical úmida da Amazônia contém entre 15 e 20% do número total de espécies do planeta, a maioria das quais ainda pouco pesquisadas. O emergente biomercado e o conhecimento tradicional sobre a biodiversidade surgem como possibilidade para novos materiais, medicamentos, princípios ativos, alimentos, perfumes, conservantes, sal vegetal, variedades de plantas, sementes, pesticidas orgânicos e frutas. Tal potencial remete ao tema dos direitos de propriedade intelectual de seus detentores, de seu acesso ao mercado e de sua proteção no habitat de origem.

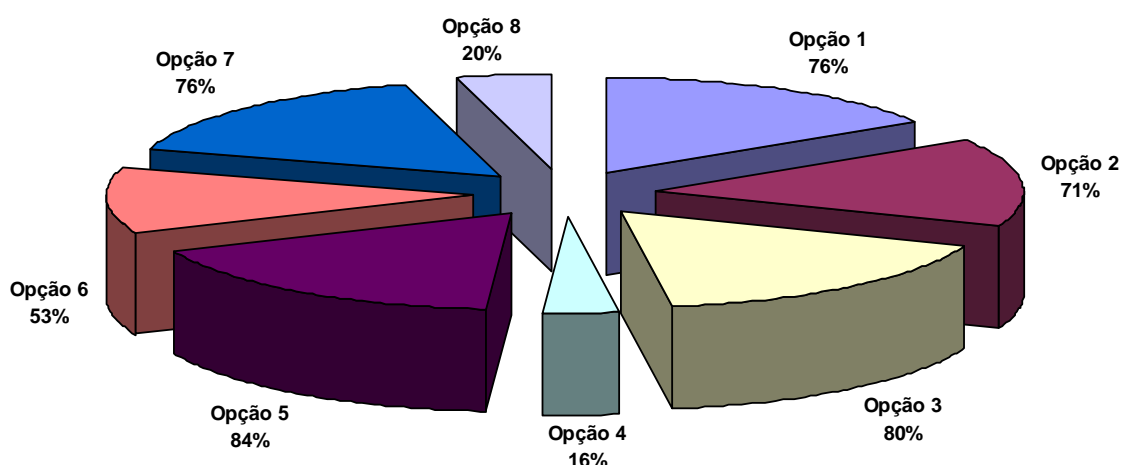
Três quartos das drogas utilizadas pelo receituário médico derivam de plantas descobertas por meio do conhecimento tradicional indígena. O aproveitamento da biodiversidade no mercado transformou-se em um negócio expressivo: a venda de medicamentos derivados de plantas, nos Estados Unidos, já alcança mais de US\$15 bilhões/ano.

Quais serão as principais tendências até 2020 sobre o uso, o aproveitamento econômico sustentável, a preservação e a adequada compensação do conhecimento sobre a biodiversidade?

Selecione as cinco tendências ou descontinuidades mais importantes até 2020.

76%	1. Parcerias entre Governos, Ambientalistas e Setor Privado criando formas de exploração dos produtos da floresta, sob o conceito estrito de desenvolvimento sustentável.
71%	2. Criação de parques e reservas de proteção ambiental.
80%	3. Exploração do Turismo Ecológico.
16%	4. Proteção e assistência à especificidade dos grupos culturais inseridos em regiões de preservação.
84%	5. Exploração de marcas específicas, selos verdes e certificados de conformidade ambiental.
53%	6. Criação e ampla utilização de Banco de Dados sobre Biodiversidade.
76%	7. Legislação específica de proteção e exploração sustentável da Biodiversidade.
20%	8. Um programa de integração sócio-econômica sustentável dos povos indígenas, preservando e valorizando sua cultura nativa.

Figura 14: Biodiversidade



3.5 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.

- Crescimento do uso de biocombustíveis, motivado pela preocupação ambiental e pela necessidade de busca de fontes alternativas ao petróleo. Nesse caso, alguns produtos agrícolas tendem a adquirir status crescente, tais como a cana-

de-açúcar (para a produção do etanol) e a palma (para a produção do biodiesel). Esses produtos apresentam duas grandes vantagens: além do excepcional desempenho no processo de "seqüestro de carbono", apresentam elevado rendimento de campo (até 12 toneladas de combustível por hectare/ano). O etanol é obtido a partir da fermentação de amido ou açúcares, podendo ser produzido a partir de um variado conjunto de matérias-primas (milho, trigo, mandioca, beterraba, etc). O mesmo ocorre com o biodiesel, que pode ser obtido a partir da transesterificação de qualquer óleo vegetal. A curto prazo, um rápido crescimento da produção pode se dar, tendo a soja como matéria-prima. Entretanto, essa cultura apresenta baixo rendimento de campo (apenas 700 a 800 quilos de óleo por hectare cultivado), o que inviabiliza a sua produção em grande escala.

- Os biocombustíveis devem ser uma importante alternativa para a consolidação da demanda não alimentar para produtos agrícolas, permitindo o enxugamento dos mercados e a recuperação dos preços internacionais, distorcidos pelas políticas de subsídios, vigentes nos países desenvolvidos.
- Necessidade de fortes investimentos em preservação de regiões com elevado nível de degradação ambiental. Adicionalmente, o "selo verde" deverá se consolidar como a versão moderna das barreiras não-tarifárias.
- Redução da poluição do ar, pois mais países estarão comprometidos com a diminuição do efeito estufa. Intensa pressão contra os países poluidores.
- Definir políticas de prioridade de investimentos na melhoria da qualidade do transporte coletivo urbano (sistemas de ônibus modernos, metrô e VLTs).
- Coordenar e articular (ou unificar em um único Programa composto de vários componentes) os programas de governo para o desenvolvimento sustentável e para implementação da Convenção de Kioto.
- Evitar a interrupção do ciclo natural da água (desmatamentos de encostas, nascentes e matas ciliares) e combater desperdícios, racionalizando o uso.
- Educar para a redução do desperdício no consumo familiar e industrial. Planejamento e gestão da preservação.

- Ampliação dos mananciais de água.
- Não haverá grandes problemas de água nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Nas regiões Nordeste e Sudeste, especialmente nos grandes centros urbanos, há a clara necessidade de tratar a questão com seriedade ainda maior (o tratamento de esgotos industriais e sanitários, nesse caso, é um desafio adicional).
- Alto risco de escassez de água no Nordeste e Centro-Oeste; necessidade de cuidados especiais para o Norte, Sudeste e Sul.
- As áreas de cerrado localizadas no Centro-Oeste do país continuarão a ser rapidamente substituídas por áreas de produção agropecuária. O descuido com a preservação em regiões "produtoras de água" agravará a situação da disponibilidade de recursos hídricos na região.
- A falta de coordenação de políticas nacionais permitirá que ocorram impropriedades, como políticas de preservação de áreas de cerrado, mecanismos de financiamento para atividades que são exploradas nestas áreas - dentro de estratégia de desenvolvimento de potencialidades dessa região do país - e outras incoerências, ocasionando, assim, resultados ineficientes para a exploração e a aplicação de recursos.
- Articulação entre os atores governo, ambientalistas e setor privado, para maximizar o aproveitamento de uma parte maior dos recursos da biodiversidade da região amazônica, dos cerrados e da Mata Atlântica, de forma harmônica e sustentável, respeitando os ecossistemas e as comunidades neles já inseridas. Além da exploração econômica dessa biodiversidade, incentivar atividades econômicas racionalmente desenvolvidas, destacando-se o ecoturismo, o extrativismo de frutas e a exploração de madeiras.
- Defesa da matéria prima disponível na floresta amazônica.
- Expansão da manufatura de medicamentos, perfumes e outros com alto potencial de demanda nos mercados interno e externo, principalmente europeu.

- Adotar mecanismos adequados de parceria público-privada que viabilizem projetos conjuntos e resultados efetivos, do ponto de vista do aproveitamento econômico-sustentável da biodiversidade.
- Canalizar e racionalizar o uso dos recursos disponíveis para a proteção e preservação do meio ambiente, colocando todos os programas ou sub-programas sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.
- A administração pública brasileira terá aprendido a utilizar as parcerias com o setor privado e as comunidades de maneira a criar mecanismos de governança que intensifiquem a elaboração de políticas públicas com a mais ampla participação da sociedade.
- Instituição de um programa permanente de marketing ambiental, com o propósito de dar efetividade ao desenvolvimento sustentável.
- Áreas críticas de preservação deverão ter cuidados mais intensos. A criação de parques e reservas de proteção se tornará inexorável.
- Os grupos culturais inseridos em áreas de preservação deverão ser objeto de atenção, para que possam usufruir do seu espaço de maneira sustentável.
- O conhecimento da biodiversidade demandará a implementação efetiva de um Banco de Dados que abranja a totalidade dos espaços de preservação.
- Adoção de certificados de conformidade ambiental e exploração do turismo ecológico em bases sustentáveis.
- Legislação voltada à preservação e conservação.
- Rigorosa e eficiente fiscalização, por parte dos órgãos federais, envolvendo a comunidade com programas de educação específicos.
- O setor madeireiro, a partir de manejo sustentável, atenderá a um mercado global de alta demanda, tendo como base uso de tecnologia avançada de exploração e manejo, transporte, industrialização e comercialização.
- Forte investimento em capacitação de pequenos produtores, empresários e sociedade civil organizada, bem como de governos locais e estaduais.

- Melhor estrutura e oportunidades de financiamento governamental para o setor, com prazos e carências que permitam uma maior competitividade desses produtos, que deverão ter qualidade e certificação ecológica.
- Conscientizar as comunidades da Amazônia.
- Maiores investimentos em florestas plantadas, especialmente nos biomas Mata Atlântica e Cerrados, para atender mercado de papel e celulose e de outros produtos madeireiros. Há mais de 20 milhões de hectares de áreas, alteradas pelo uso agropecuário, que podem ser incorporados à base de florestas plantadas.
- Papel importante do Brasil na política global de proteção do meio-ambiente.
- Desenvolvimento sustentável é uma incompatibilidade lógica, uma incoerência teórica e uma impossibilidade prática. Entre o desenvolvimento e a necessária preservação dos recursos é preciso que a escolha seja a preservação.
- Exploração econômica em proveito do desenvolvimento, regional e nacional, plena integração da região ao convívio da Nação, presença evidente e inequívoca do Estado e adequada proteção ambiental.
- A biopirataria crescerá, apesar das ações de ONGs e do Governo. Isso exigirá que o SIVAN seja efetivo em sua ação, inclusive permitindo o acesso das ONGs a seus dados para incluí-las na elaboração de políticas e ações fiscalizadoras objetivando preservar os interesses nacionais.
- Cada vez mais haverá pressão dos meios científicos e econômicos externos ensejando sério controle sobre exportação, banco genético e etc.
- Preservar a integridade do território nacional.
- Os EEUU assinarão o protocolo de Kioto na sua forma original, mas deverão impor fortes restrições em favor das suas indústrias. O Brasil está numa posição muito favorável com relação à água e a biodiversidade, mas deverá sofrer grandes pressões por parte dos países dominantes, em especial dos grupos transnacionais.

- Aumento da presença do governo e do setor empresarial brasileiro na Amazônia, antes que seja tarde.
- O maior desafio é garantir a Amazônia sendo do Brasil.
- O país precisa estar atento às possibilidades de investimento resultantes da convenção de clima, porém enfocando a biodiversidade.
- Algumas tecnologias de produção, por seu caráter predatório, serão abandonadas e outras passarão por processo de revisão.
- Recursos financeiros de grande monta terão que ser alocados para apoiar estudos e projetos voltados para a garantir a recuperação das condições de salubridade de extensas áreas do planeta.

4. DEMOGRAFIA, AMADURECIMENTO DO PERFIL ETÁRIO E QUALIDADE DE VIDA

4.1 *Conhecimento sobre o tema*

4 – 12%	23 – 68%	7 – 21%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

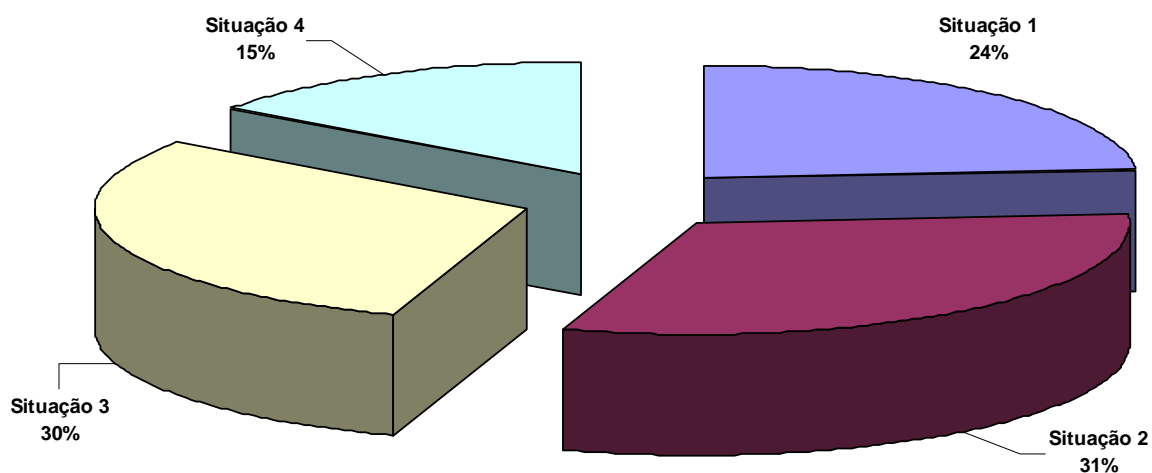
Os dados do IBGE de 2000 indicam que a população brasileira é de aproximadamente 170 milhões de habitantes, dos quais 82% moram em áreas urbanas. A população do País é considerada “adulta”, pois 55% têm entre 19 e 59 anos de idade, e o contingente de pessoas maiores de 60 anos poderá chegar a quase 15% da população, em 2020. As principais fontes de rendimentos dos idosos são as aposentadorias e pensões. O País deve se preparar para gerar recursos para o enorme contingente de idosos que teremos em 2020.

4.2 Amadurecimento do perfil etário

Levando em consideração o aumento previsto no percentual de idosos, avalie qual é a situação futura mais provável em 2020. (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
24%	31%	30%	15%
Os idosos continuarão a trabalhar, em sua maioria, em empregos regulares, de 8 horas/dia, com ou sem carteira assinada, para complementar sua aposentadoria, competindo com os mais jovens no mercado de trabalho. A renda adicional fará com que o idoso represente um mercado consumidor importante e em franco crescimento até 2020.	Os idosos, em sua maioria, procurarão novas carreiras, em atividades fisicamente mais leves e com horários flexíveis. A jornada de trabalho mais curta e flexível permitirá conciliar atividades de lazer e descanso, e permitirá às empresas fazer frente às flutuações de demanda com contratos temporários de trabalho em tempo parcial. Essa renda complementar permitirá algum estímulo ao consumo de produtos de saúde, lazer, turismo, estudo, etc.	Os idosos farão parte de um grande contingente de aposentados excluídos do mercado de trabalho e com poucas opções de consumo e lazer, devido ao baixo nível de renda. Os idosos e aposentados continuarão a viver predominantemente como agregados de famílias estendidas, contribuindo com sua aposentadoria para a renda familiar.	A reforma do Sistema de Previdência permitirá alcançar um nível adequado de equilíbrio econômico, com equidade na distribuição dos benefícios. A maioria dos aposentados de menor renda conseguirá manter um padrão de vida próximo ao de seu perfil de contribuição ao sistema, permitindo uma vida saudável, combinando lazer, educação continuada e trabalho ocasional como uma opção, não uma necessidade absoluta.

Figura 15: Amadurecimento do perfil etário



4.3 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020*

- As crianças, nascidas no início deste século, podem ter uma expectativa de vida em torno de cem anos.
- Efetivo aumento de idosos saudáveis no nosso contingente populacional, tornando-se um desafio dar-lhes condições de melhorar o seu patamar de educação e formação, possibilitando-lhes contribuir efetivamente com a produção nacional.
- Superação da exclusão digital.
- É preciso reformular o sistema previdenciário, criando um regime de capitalização em que cada segurado contribuirá para o pagamento de sua própria aposentadoria.
- No momento, é preciso estabelecer uma "data de corte" para implantar um regime de transição, de forma a respeitar os direitos adquiridos desta geração de contribuintes da previdência.
- As mudanças previstas para o sistema previdenciário, seja privado ou público, só terão efeito após 2020. Assim, as dificuldades serão maiores, com piora da qualidade de vida dos idosos.
- Os aposentados de 2020 terão baixos rendimentos previdenciários e acumularão sobre si a obrigatoriedade de manutenção (ou contribuição relevante) do orçamento da família. Nesse contexto, não restará aos idosos opções de lazer, turismo, estudos, etc.
- Em 2020, com a redução da taxa de natalidade, com investimentos significativos e continuados na educação e com a reformulação do sistema previdenciário, grande parte do grupo dos idosos terá equilíbrio econômico.
- Dado o dinamismo tecnológico moderno, onde os novos postos de trabalho requerem níveis crescentes de qualificação, há clara dificuldade de reinserção de grande parte desses idosos no mercado, decorrente do baixo nível de qualificação a que tiveram acesso durante o "período de ativa".

- Consolidar um regime previdenciário de equidade entre contribuição e benefício, corrigindo as graves distorções hoje presentes em nosso sistema.
- As questões do resgate da dignidade do idoso e da sustentabilidade do sistema previdenciário não se resolvem em curto espaço de tempo. Em 2020 ainda estaremos enfrentando grandes desafios rumo à consolidação desse novo modelo.
- Desoneração do emprego formal, baseada principalmente na redução de encargos que incidem sobre a contratação dos trabalhadores, sem nenhuma contrapartida direta em termos de benefícios para eles.
- Empregado e empregador devem ser responsáveis pelo financiamento da aposentadoria do primeiro. Os graves problemas que hoje provocam o agravamento do déficit do nosso sistema previdenciário (aposentadorias de trabalhadores rurais, que nunca contribuíram e, principalmente, aposentadorias distorcidas, não guardando relação com o valor das contribuições na ativa, portanto, de legitimidade contestável), não podem ser financiados às custas do sacrifício do emprego formal. Nesse caso, o melhor caminho seria separar as aposentadorias de direito legitimamente adquirido (auto-financiadas), das aposentadorias (no caso de aposentados rurais o correto seria chamar de "bolsa de assistência social", ou coisa parecida) distorcidas, encontrando fontes outras para o financiamento destas últimas. O mais justo seria a criação de um imposto específico para esse fim, com capilaridade maior do que a oferecida pelo atual sistema de contribuições previdenciárias. Um imposto sobre o consumo, por exemplo, atingindo diretamente o mercado informal, bem arquitetado, poderia até servir como estímulo à formalização.
- Haverá maior consumo de produtos ligados ao lazer.
- Superar o cooperativismo das classes mais produtivas fazendo-as participar do regime geral de previdência.
- Impactos positivos na construção civil e educação, especialmente no Sudeste e Nordeste.
- Aumentos dos gastos com saúde e previdência social.

- Estímulo ao aumento da taxa de fecundidade, por meio de programas de implantação de creches de qualidade e mecanismos de compensação para famílias com maior número de filhos (especialmente da classe média).
- Redução da mortalidade infantil, por meio de programas de aleitamento materno e combate às doenças tropicais.
- Os idosos estão condenados a marginalização, em sua grande maioria, ou obrigados a trabalhar até a morte. É necessário e urgente implementar políticas públicas para aumentar a arrecadação da previdência, aumentando o número de assalariados formais, bem como fazer com que as empresas contribuam com um percentual sobre o seu faturamento, e não sobre o número de empregados, já que a automação tem eliminado grande número de postos de trabalho.
- Eliminar o preconceito para com a segunda e terceira idades.

5. TRABALHO, RENDA E DESIGUALDADE, POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL

5.1 Conhecimento sobre o tema

7 – 9%	25 – 8%	5 – 4%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

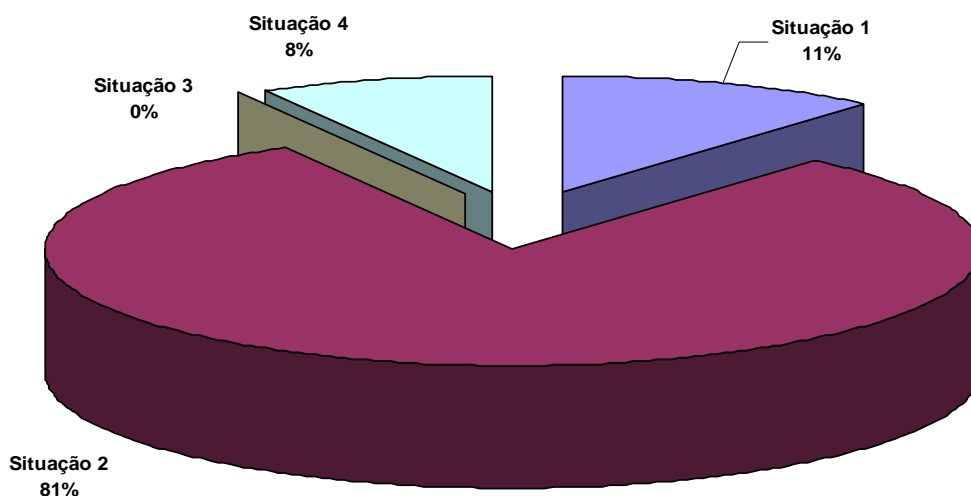
5.2 Distribuição de Renda

O Brasil possui um dos piores índices de distribuição de renda do mundo, onde os 10% mais ricos possuem 47,6% da renda, e os 10% mais pobres possuem 0,9% da renda (Fonte: IBGE / PNAD).

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

	Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
	11%	81%	0%	8%
	Distribuição de renda semelhante à da Itália em 2000	Aprimoramento moderado da distribuição de renda	Permanece a mesma distribuição atual	Aumenta a concentração da renda
10% mais ricos	21,8% da renda	34,7 % da renda	47,6% da renda	52,4 % da renda
10% mais pobres	3,5 % da renda	2,2% da renda	0,9% da renda	0,81% da renda

Figura 16: Distribuição de renda



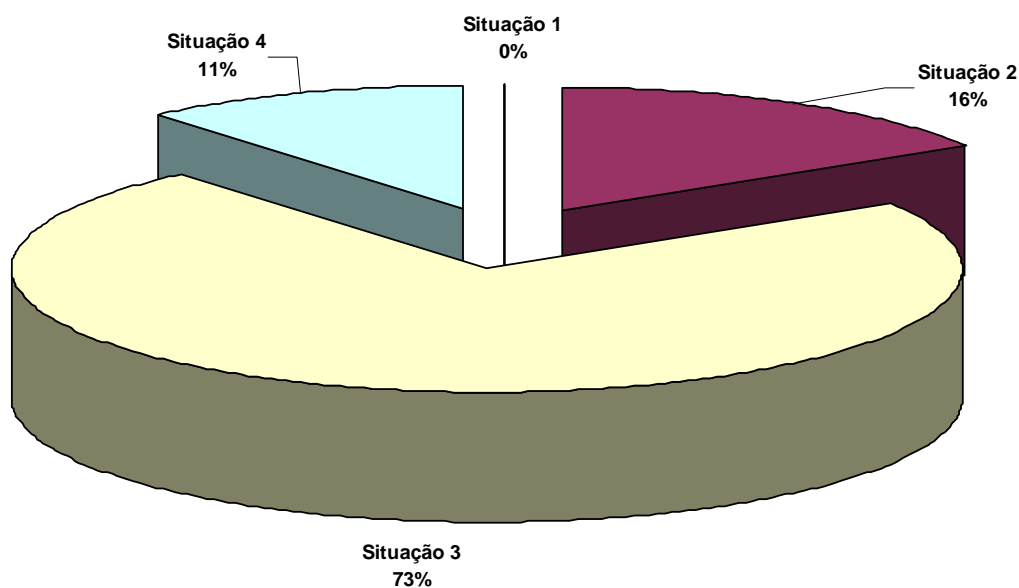
5.3 Relações de Trabalho

Os índices de desemprego de várias capitais brasileiras têm atingido, na última década, pontuações alarmantes, ultrapassando, muitas vezes, o patamar de 15%. O crescimento da informalidade nas relações de trabalho tem gerado problemas crescentes para o financiamento do sistema previdenciário.

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
0%	16%	73%	11%
Índice de desemprego estrutural em forte elevação, acima de 15% da população ocupada.	Desemprego estrutural crescente, atingindo de 10 a 15% da população ocupada.	Índice de desemprego estável, em torno de 8% do pessoal ocupado.	Índice de desemprego em queda, menor que 6%, considerando-se a população ocupada.

Figura 17: Relações de trabalho



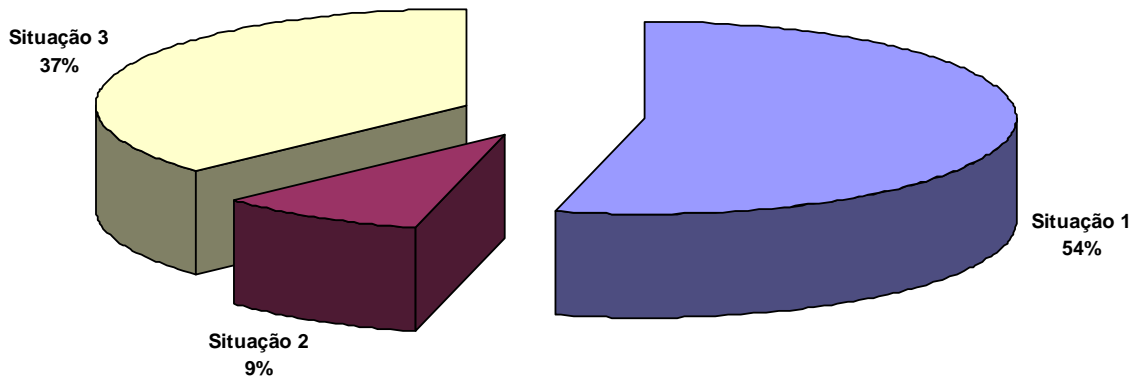
5.4 Legislação Trabalhista

A flexibilização da legislação trabalhista, a redução da jornada e a redução de encargos com incorporação aos salários são exemplos de medidas propostas para promover a criação de emprego e renda. No entanto, para tornar possíveis tais medidas será necessário uma profunda reforma na CLT.

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
54%	9%	37%
Ampla flexibilização com pouca proteção e custos muito baixos de demissão e admissão. Encargos sociais baixos e redução da informalidade.	Permanecerá a situação atual da CLT, com elevada rigidez e grande volume de trabalho informal.	Ampliação da aplicação da CLT, com pequena flexibilização e forte redução da informalidade. Custo de encargos sociais relativamente altos.

Figura 18: Legislação trabalhista



5.5 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.

- Do contínuo processo de concentração de renda, fazendo com que grande parte da população tenha uma propensão marginal a consumir tendendo para 100%, resulta um grave dilema: para retomar o crescimento é fundamental a desconcentração de renda, ampliando o mercado consumidor. Porém, desconcentrar renda reduziria a "poupança", na medida em que essa renda

estaria sendo transferida de classes com elevada propensão a poupar para classes que não poupam, daí agrava-se o problema das fontes para financiar o investimento necessário para alavancar esse processo de crescimento. A capacidade de captação de poupança externa deverá determinar tanto o ritmo de crescimento econômico quanto o ritmo de desconcentração de renda.

- A criação de novos postos de trabalho (novas atribuições, requerendo novas qualificações), associada à flexibilização das jornadas (especialmente a sua redução), tende a determinar novos parâmetros para a remuneração dos fatores de produção, especialmente o capital e o trabalho (enquanto o primeiro pode ser fundamental para reduzir custos de produção, o outro é imprescindível para assegurar o mercado consumidor). O nosso potencial de crescimento e a versatilidade do trabalhador brasileiro são fatores que poderão reverter a tendência de agravamento da crise estrutural do mercado de trabalho.
- Para desonerar o custo de contratação, deve-se estabelecer que a contribuição previdenciária do empregador teria caráter complementar à contribuição do empregado, de forma a garantir o financiamento da aposentadoria deste último (déficits decorrentes das perversidades atualmente existentes deveriam ser financiados por um imposto específico, que não onerasse o emprego formal). Esses custos devem ser arcados pela sociedade como um todo e não apenas pelo empregador formal.
- Garantir a empregabilidade com a qualificação da força de trabalho, aumentando as possibilidades de êxito do empregador e, conseqüentemente, a estabilidade dos vínculos empregatícios. Obviamente, mecanismos de natureza anticíclica, tais como seguro desemprego, continuarão sendo imprescindíveis, porém, deverão representar custos decrescentes nas despesas com recursos humanos.
- Recuperação da capacidade fiscal e de planejamento e gestão do Estado.
- Geração de empregos.
- Melhoria do poder aquisitivo.
- Recuperação de parcela da receita fiscal.

- Estímulo à agricultura familiar e sua conexão, em rede, com os grandes produtores, para aproveitamento e distribuição mais eficiente dos seus produtos.
- Estímulo à manufatura dos produtos primários para exportação.
- Apoio às pequena e média empresas.
- Aumento da arrecadação fiscal com a nova legislação trabalhista.
- Custos de produção ainda elevados.
- Criar mecanismos para mudar a concentração de renda e enfrentar graves problemas sociais, em especial, de segurança.
- A legislação trabalhista deve conter um "ponto ótimo" de rigidez e flexibilização, de forma a não ser tão rígida que desestime a formalização do emprego, onerando os custos de admissão e demissão, nem tão flexível ao ponto de não garantir proteção mínima aos trabalhadores.
- Fazer crescer a economia a um ritmo de 4 a 5% ao ano, reduzir a taxa de juros a níveis civilizados, dinamizar o mercado interno, incrementar a produção para a exportação e gerar divisas para a recomposição das reservas são apenas alguns dos desafios das tendências selecionadas.
- Ampla negociação entre empregadores e trabalhadores.
- As mudanças nos níveis de pobreza serão decorrentes de profundas mudanças na política econômica atual, com uma importante mudança no perfil da concentração de renda. Senão, a situação de emprego e renda continuará péssima.
- Com a ampla flexibilização do mercado de trabalho deverá haver possibilidades de empregos temporários para aposentados e jovens.
- Os jovens serão os grandes prejudicados, uma vez que não existirão suportes legais para uma aposentadoria que lhes garanta vida digna, exceto os planos privados de previdência que, em sua grande maioria, lhes serão inacessíveis.
- Haverá uma maior preocupação com o social e o modelo europeu deverá ser buscado e não o norte-americano.

- Haverá mais tempo para o lazer, em detrimento das regras rígidas do trabalho formal. O turismo será estimulado pelo aumento do número de turistas, principalmente idosos, pois estes estarão participando ativamente do mercado de trabalho.
- Vencer a resistência das elites quanto à melhor distribuição de renda.
- Vencer o cooperativismo dos sindicatos em relação a flexibilização das leis trabalhistas.
- Vencer a resistência do patronato com relação a redução da jornada de trabalho.
- Com a redução dos encargos, buscar a incorporação dos mesmos aos salários.
- Mobilização popular procurará aumentar os benefícios garantidos pela CLT, elevando o trabalho informal.
- O crescimento das cidades médias do país estará relacionado ao aumento das atividades fora dos eixos tradicionais de desenvolvimento, o que trará uma forte demanda por serviços existentes nos grandes centros. Haverá necessidade de ações que visem o aumento da empregabilidade de um imenso contingente populacional.

6. URBANIZAÇÃO

6.1 *Conhecimento sobre o tema*

3 – 9%	26 – 74%	6 – 17%
Elevado	Acompanha os debates	Pouco

As questões sobre crescimento econômico, elevação do nível de renda e conseqüente redução da pobreza passam antes de tudo por um problema cada vez mais urgente: a urbanização do país. Mas antes de entrarmos propriamente na questão devemos observar sucintamente o que foi feito no passado sobre o assunto.

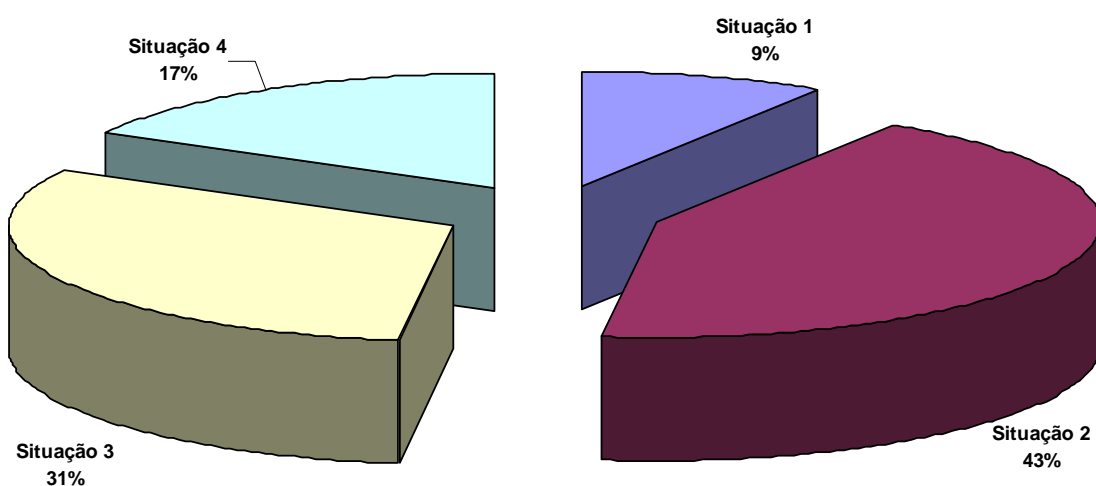
6.2 Distribuição da População Urbana

A população brasileira atual é de 170 milhões de habitantes. A distribuição dessa população é muito desigual. As regiões sul e, principalmente, sudeste arcaram com um crescimento mais acentuado.

Levando em consideração uma população de 203 milhões de pessoas segundo projeção do IBGE, qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa).

Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
3 - 9%	15- 43%	11 - 31%	6 - 17%
Crescimento contínuo das metrópoles e das cidades médias. Perda contínua de importância das cidades pequenas na área rural.	Estabilidade populacional das metrópoles. Crescimento forte das cidades médias. Perda continuada de pequenas cidades e área rural.	Estabilidade populacional das metrópoles. Crescimento moderado das cidades médias. Crescimento moderado ou estabilizado das cidades pequenas. Estabilidade da população na área rural.	Estabilidade ou diminuição das metrópoles. Crescimento moderado das cidades médias. Crescimento das pequenas cidades. Crescimento da participação da zona rural no total da população.

Figura 19: Distribuição da população urbana



6.3 Qualidade de vida e a questão urbana

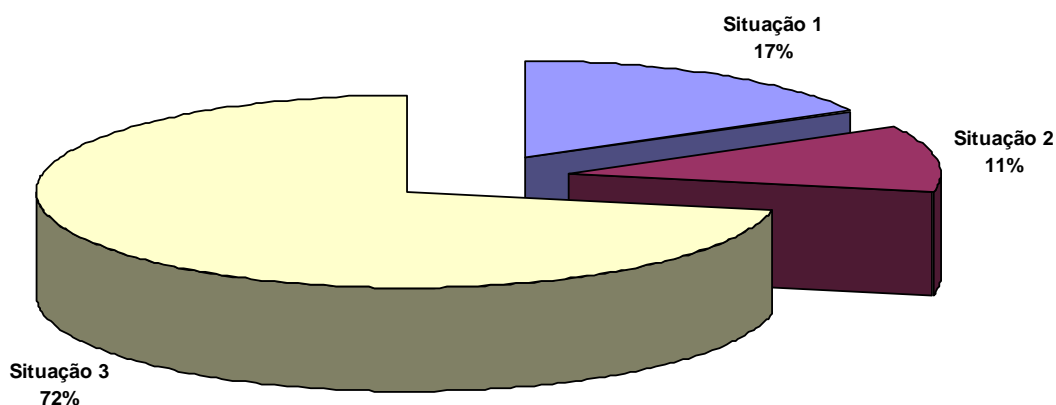
Durante toda a década de 80, as cidades médias registraram um crescimento superior aos centros urbanos nacionais, arcando com problemas típicos destes, como: segregação espacial na forma de favelas, loteamentos clandestinos em áreas de proteção aos mananciais e problemas na infra-estrutura de transportes. No “Estatuto da Cidade” são enfatizados os pontos do planejamento urbano a serem tratados por intermédio de planos diretores e reorganização de espaços urbanos.

Qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

As Metrôpoles (mais de 500.000 hab.)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
6 - 17%	4 - 11%	25 - 72%
Exercem atração como centros de cultura, lazer, empregos e negócios. Melhoria de infra-estrutura e qualidade de vida, tornando-se pólos de atração de população.	Apresentam poucos atrativos, em função das dificuldades de congestionamento e violência. Fuga da população.	Apresentam contrastes entre o dinamismo moderno e problemas técnicos e sociais não resolvidos. Constituem uma qualidade de vida pouco atrativa, mas exercem atração econômica. Manterão atual participação da população.

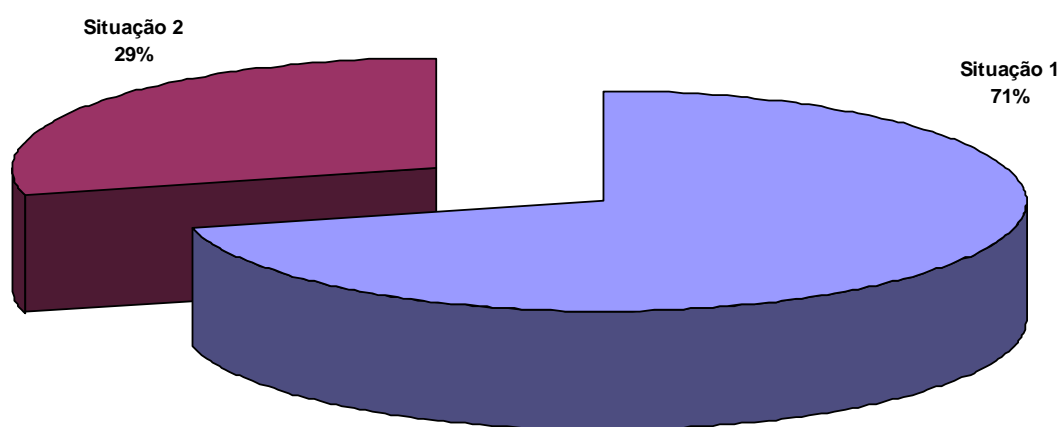
Figura 20: As Metrôpoles



As cidades médias (de 50.000 hab. a 500.000 hab.)

Situação 1	Situação 2
25 – 71%	10– 29%
Apresentam grande atratividade, pela qualidade de vida oferecida, acesso à infraestrutura social, econômica e cultural e se tornarão o polo dinâmico de crescimento urbano.	Passam a apresentar os problemas típicos das grandes cidades, sem oferecer as vantagens das metrópoles. Oferecem poucos atrativos para a população.

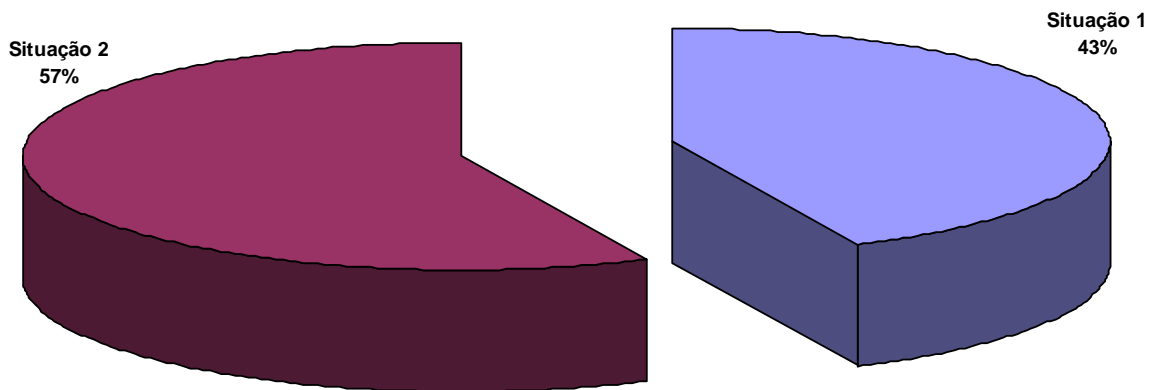
Figura 21: As cidades médias



As cidades pequenas (menos de 50.000 hab.)

Situação 1	Situação 2
15 – 43%	20 – 57%
Continuarão a oferecer poucos serviços e oportunidades de avanço para seus habitantes, sofrendo perdas populacionais continuadas.	Passarão a oferecer infra-estrutura de comunicação e transportes que permitam acesso aos serviços, equipamentos sociais e oportunidades econômicas, com excelente qualidade de vida. Tornam-se um elemento dinâmico do perfil demográfico e econômico do país.

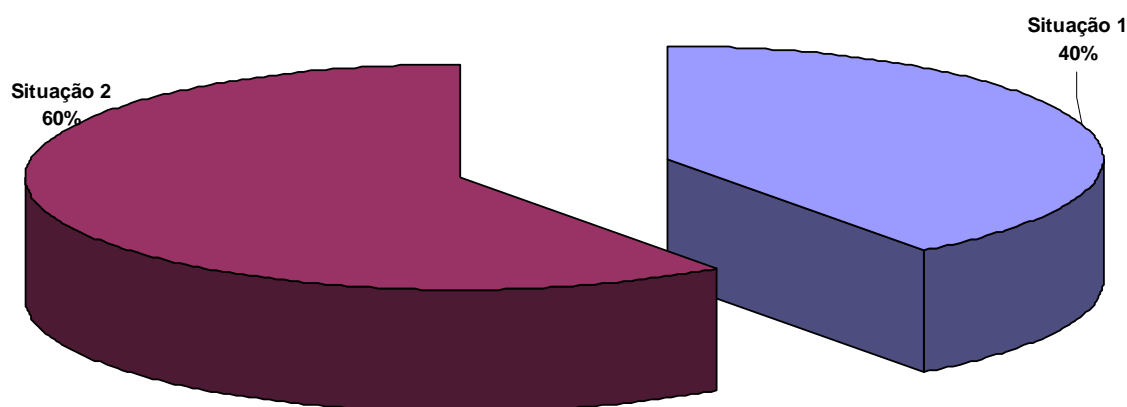
Figura 22: As cidades pequenas



A Região rural

Situação 1	Situação 2
14 – 40%	21 – 60%
Continuará a apresentar a tendência histórica de perda de participação na população, com a emigração acentuada para os centros urbanos maiores. A falta de infra-estrutura social, de oportunidades de desenvolvimento e de empregos contribuem para o esvaziamento contínuo das áreas rurais do país.	A integração maior das áreas rurais, com a universalização das telecomunicações, melhoria dos transportes, apoio à pequena propriedade e acesso do homem do campo aos serviços sociais, revertem a tendência histórica de perda populacional e revitalizam as áreas rurais e as pequenas cidades nas quais predominam as atividades ligadas ao agronegócio.

Figura 23: O meio rural



6.4 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.

- Necessidade de investir nas pequenas e médias cidades, tanto em capacitação em planejamento estratégico e gestão, como em obras e melhorias urbanas integradas, especialmente transporte.
- Formular planos estratégicos, com parceria entre o setor público e a sociedade, para adequar as cidades ao perfil estratégico esperado dela pela região de influência e mercados internacionais de serviços produtivos.
- Metrôpoles globais e nacionais reduzirão a sua atratividade em termos econômicos, elas necessitarão adequar-se à nova realidade de estrutura de produção e de consumo.

- Indução à prática do planejamento e gestão integrada da infra-estrutura e serviços públicos.
- Metrópoles continuarão exigindo elevados investimentos em habitação, saneamento e em infra-estrutura de operação de transportes, trânsito e comunicações.
- Aprovação e implementação da Política Urbana Metropolitana.
- Principal setor econômico será o de serviços produtivos.
- Cidades médias continuarão atraindo a fuga de investimentos do setor industrial pelo menor custo com transporte e atratividade fiscal.
- Induzir à formulação e gestão de Planos Diretores e Planos de Transporte e Circulação nas cidades médias.
- Cidades pequenas atrairão os homens do campo pelos serviços oferecidos. Exigirão investimentos especializados para atender à demanda por conhecimento e consumo.
- Investimentos nas pequenas cidades, não só em termos de tecnologia mas, também, em infra-estrutura.
- Direcionar investimentos do setor privado para as pequenas cidades, criando cinturões para proteger e desestimular a migração para grandes cidades.
- Aumentar os investimentos em escolas superiores para as pequenas cidades (hoje essas escolas estão concentradas nas médias e grandes metrópoles).
- A criação de redes de cidades com um equilíbrio entre serviços de qualidade locais e microrregionais deve ser pensada como estratégia para o desenvolvimento do país. O grande desafio é a atuação coordenada, nesses sub-espacos nacionais, por meio de políticas de governo que estimulem o crescimento do capital social, como estratégia para o desenvolvimento dessas regiões.
- A perspectiva de mudança política trará significativa alteração do cenário de crescente concentração urbana, para uma reversão dessa tendência.

- O grande desafio será o de conseguir que a melhor qualidade de vida não seja afetada por crescimento desordenado das pequenas e médias cidades.
- A violência continuará sendo a tônica da vida urbana, aumentando o "custo Brasil" e gerando a sensação de que o problema será maior do que a capacidade das autoridades em resolvê-lo.
- Há o risco da possível institucionalização da violência, constituindo um "estado paralelo", embora sem o projeto de tomada do poder político, como em países vizinhos.
- Os equipamentos sociais não serão acessíveis a todos os habitantes, que continuarão a perder qualidade de vida.
- Nichos de prosperidade serão encontrados em cidades médias que conseguirem criar condições de desenvolver *clusters* de empresas com serviços ou produtos com grande conteúdo tecnológico, ou com aproveitamento do turismo de exportação.
- Enquanto não houver uma política de apoio e de realização de uma efetiva reforma agrária, o problema da migração do campo para as cidades médias e grandes irá continuar.
- Maior equilíbrio da distribuição populacional entre as diversas cidades, elevando a qualidade de vida, em que as oportunidades de emprego e segurança deverão ser mais ressaltadas. Melhoria nos empregos e segurança.
- Implementar o planejamento ocupacional do solo.
- O questionário apresentado se referencia apenas no porte populacional dos municípios, com vistas ao prognóstico das cidades para o ano 2020. Esse parâmetro único não é o mais adequado para um país de tal dimensão. Outros parâmetros como a situação geográfica, a vocação econômica local e regional e a inserção do município em pólos de dinamismo econômico fornecem subsídios melhores para o desenho de cenários. É necessário, também, observar a definição de dados estatísticos. O IBGE considera como urbana a população das sedes municipais e dos distritos. Isso significa dizer que é urbana a

população da sede de municípios de dois mil habitantes ou menos. Sem dúvida é uma distorção, porém ainda assim, o Brasil é um país urbano.

- Tendência de crescimento de cidades núcleos das regiões metropolitanas sem acompanhamento do crescimento vegetativo da população. Em compensação, as cidades periféricas crescem a taxas bem mais altas. Esse crescimento é caracterizado pela favelização, implantação de loteamentos clandestinos e irregulares, destinados à população de mais baixa renda.
- Interiorização do processo de urbanização, antes restrito às regiões sudeste e sul ou a zona costeira. Com a ampliação das fronteiras agrícolas, novos núcleos de serviços vêm surgindo ou crescendo.
- As estatísticas do IBGE indicam que a migração rural urbana já se acomodou, ou seja, o fluxo migratório hoje não se expressa nessa direção, mas de municípios menores para municípios médios. Por essa razão, as maiores taxas de urbanização ocorrem em municípios com mais de 50 mil habitantes, em especial na região nordeste. A inversão desse processo é impensável. O Brasil atingiu o patamar da relação população urbana/população rural encontrado nos países industrializados. Qualquer política agrária, por mais bem sucedida que seja, não reverterá esse quadro.
- A atividade econômica pode ser determinante no desenvolvimento local, afetando-o positiva e negativamente – deve-se procurar reduzir os prejuízos
- O Estatuto da Cidade trouxe um novo alento ao planejamento urbano, porque obriga a participação e publicidade das ações públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e instrumentaliza o município, dando-lhe novas possibilidades para o controle do espaço físico territorial e para o provimento e a gestão dos bens e serviços públicos. A qualidade da gestão local pode melhorar bastante, se a lei for bem utilizada, e trazer impactos importantes para a qualidade de vida urbana.
- Os problemas sociais terão prioridade nas grandes cidades, mas os problemas de falta de recursos e má administração das pequenas cidades as impedem de se tornarem pólos de atração.

- Para que se logre inverter o sentido do fluxo migratório hoje predominante são necessárias medidas efetivas no sentido da desconcentração econômica do território, políticas de redução dos desequilíbrios sociais e regionais, equalizando as oportunidades de desenvolvimento.
- Eixos dinâmicos, especialmente os representados por cidades pólo, como Ribeirão Preto e Uberlândia, estão se estendendo para regiões de ocupação mais recente, como o Centro-Oeste, cujo ritmo de crescimento, motivado principalmente pela soja, faz nascer e crescer cidades em curto espaço de tempo (destaque para Sapezal, no noroeste e Sorriso, no nordeste, ambas do Mato Grosso). A abertura dessas novas fronteiras, associada à dotação de infraestrutura, cria uma perspectiva de reversão da tendência histórica de concentração da população nos grandes centros urbanos, especialmente nas regiões próximas do litoral.
- O desenvolvimento, a geração de postos de trabalho e a redução dos problemas sociais (favelização, marginalidade, etc) serão claramente percebidos em regiões que apresentem algum fator propulsor do dinamismo. Algumas cidades, ainda que já consideradas metrópoles, poderão continuar crescendo, a partir do equacionamento de fatores restritivos, tais como, infra-estrutura pública e capacidade de geração de postos de trabalho. Da mesma forma, cidade pequenas, desprovidas de fatores de propulsão (agricultura dinâmica ou vocação para indústria ou serviços), continuarão alheias ao processo de desenvolvimento, sofrendo do problema da estagnação associada ao envelhecimento da população (migração dos jovens em busca de oportunidades nos eixos dinâmicos).
- Criar políticas próprias para o desenvolvimento rural.
- O vácuo cultural hoje observado na atividade rural comprometerá a capacidade dos proprietários em aplicar eficientemente os avanços tecnológicos necessários para a crescente demanda de produção a baixos custos.

7. MUDANÇAS NA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES, ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

7.1 Conhecimento sobre o tema

6 – 17%	25 – 71%	4 – 11%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

7.2 Transportes

Em 1993, a situação dos modais era a seguinte:

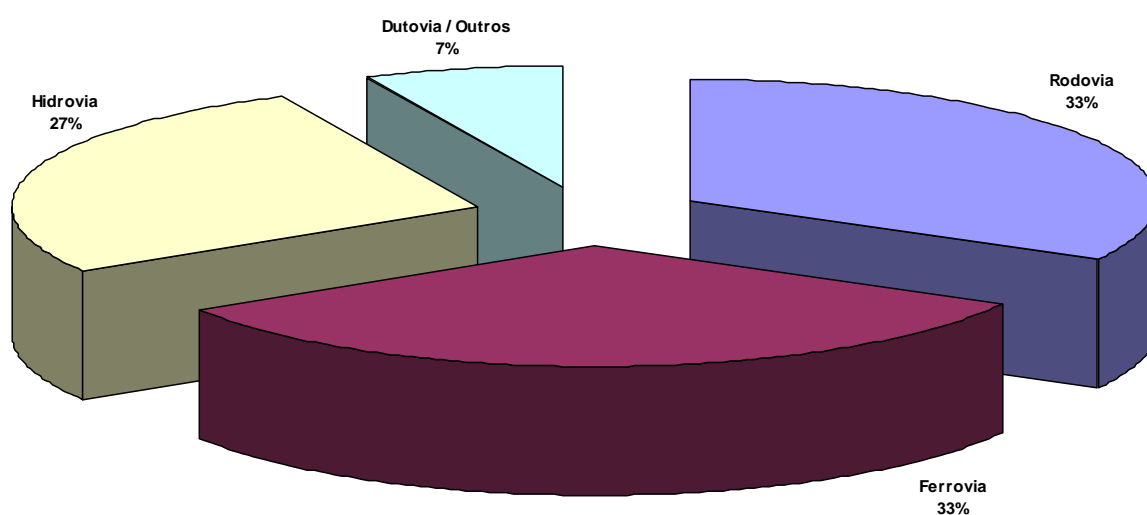
- Rodoviário: transportava 62% das cargas
- Ferroviário: transportava 23% das cargas
- Hidroviário e navegação de cabotagem: 11%

Era evidente nossa desvantagem competitiva, pois o custo do frete rodoviário, nas longas distâncias, é muito alto. Após as privatizações das ferrovias, rodovias e setor portuário ocorridas nos anos 90, o modelo de transporte vigente no país praticamente não se alterou. Entretanto, os custos portuários foram reduzidos a menos da metade e a produtividade dos portos triplicou. Já nas rodovias, houve instalação de mais pedágios mas o preço do frete não diminuiu, ainda que estas melhorassem.

Na sua opinião, em 2020, como deverão ser distribuídas as modalidades de transportes no Brasil? (indique uma alternativa)

Modal	1993	2000	2020
Rodovia	62%	63%	33%
Ferrovia	23%	20%	33%
Hidrovia	11%	14%	27%
Dutovia / Outros	4%	3%	7%
Total	100%	100%	100%

Figura 24: Transportes



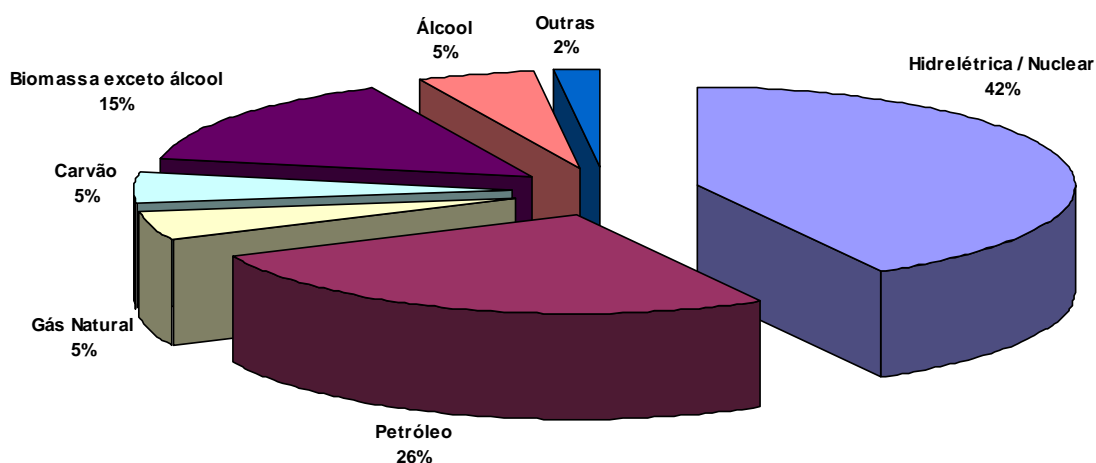
7.3 Energia

O Brasil tem 77% de sua eletricidade sendo gerada em usinas hidrelétricas, e a geração através de termelétricas à gás natural é uma alternativa importante para atender à ampliação da capacidade instalada do País. Fontes alternativas como a irradiação solar (fotovoltaica), a força dos ventos (eólica) e resíduos orgânicos (biomassa) têm, no Brasil, amplas possibilidades.

Com relação à matriz energética básica, no Brasil, como você acredita que será composta, em 2020?

Fonte (em %)	2000	2020
Hidroelétrica / Nuclear	40,0%	40%
Petróleo	33,6%	25%
Gás Natural	3,7%	5%
Carvão	5,4%	5%
Biomassa exceto álcool	14,3%	15%
Álcool	3,0%	5%
Outras	0,0%	2%
Total	100%	100%

Figura 25: Energia



7.4 Telecomunicações

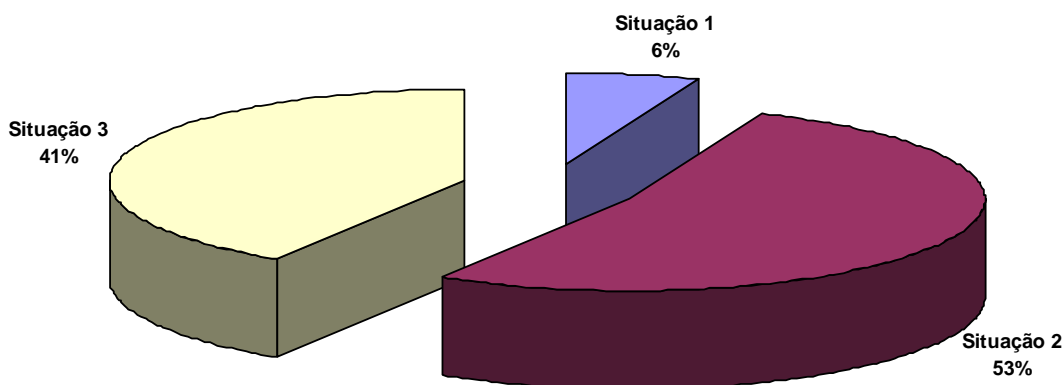
O setor de telecomunicações passou por mudanças estruturais causadas pelas mudanças no ambiente concorrencial e pelos avanços tecnológicos. O novo arcabouço regulatório é baseado em dois pilares fundamentais: a universalização e a competição.

Para que a população de baixa renda tenha acesso não só ao serviço de telefonia básica, como também, à internet e outros serviços de interesse social, será necessário aplicar um montante muito expressivo de recursos no setor.

Quanto à universalização do acesso, qual a situação mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
2 - 6%	18 - 53%	14 - 41%
A exclusão dos mais pobres do mundo digital e do acesso à informação e serviços públicos modernos via telecomunicações continua a atingir mais de 30% da população brasileira.	O eventual acesso das famílias mais pobres a serviços de voz e dados é ofertado via telefones públicos e centrais públicas de telecomunicações, inclusive internet, com grande abrangência de atendimento, por meio do uso coletivo dos serviços.	A meta da universalização do serviço é praticamente atingida com mais de 90% da população urbana atendida. O acesso a serviços públicos, segurança e à informação e conhecimento é favorecido pelo acesso às telecomunicações.

Figura 26: Telecomunicações



7.5 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.*

Transportes

- Redução da dependência em relação ao transporte rodoviário, diretamente associada à disponibilidade de recursos para investimentos em modais alternativos.
- Tendências de intensificação do processo de ocupação do Centro-Oeste e de regiões como o Tocantins e sul do Maranhão e Piauí, impulsionado pela abertura das novas fronteiras agrícolas, que já despertam também atrativos para a industrialização (inicialmente agroindústria, mas com grande potencial de diversificação em alguns pólos). Assim, há perspectivas para maior integração dessas regiões com o restante do país e com o mercado mundial, privilegiando modais de transporte mais eficientes, como ferrovias (destaque para a Ferronorte) e hidrovias.
- A matriz de transporte mudará levemente, com o pequeno aumento da participação rodoviária e redução da ferroviária, tendo em vista a tendência de exportação de produtos manufaturados e de maior valor agregado.
- Recuperação e manutenção das rodovias e eventuais ampliações decorrentes da expansão de fronteiras produtivas agrícolas e agropecuárias.
- As metrópoles se especializarão cada vez mais em serviços produtivos, exigindo rapidez e segurança na circulação da sua mão-de-obra, altamente especializada e cara.
- Assegurar que os recursos da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sejam prioritariamente aplicados na recuperação e ampliação das rodovias pertencentes aos eixos de exportação e que ligam os centros produtivos de produtos primários com a respectiva indústria de beneficiamento.
- Que os recursos da CIDE sejam também usados na melhoria da qualidade do transporte público coletivo urbano das metrópoles para que elas recuperem a sua velocidade de circulação e reduzam, por conseguinte, os custos com a produção dos produtos e serviços de altíssimo valor agregado.

- Redução significativa no custo dos transportes e maior racionalização no uso dos derivados de petróleo em função da matriz.
- Maior capacidade de investimento nos modais ferroviário e hidroviário.
- Investimentos em tecnologia e infra-estrutura.
- A ferrovia tem um enorme potencial de ganhar espaços na matriz de transportes do país, mas serão necessários investimentos importantes por parte das atuais empresas.
- O transporte aéreo e de navegação costeira deverão crescer, bem como das hidrovias, conquistando espaço do rodoviário que ainda será majoritário.
- As hidrovias terão papel relevante na matriz dos transportes, com a integração multimodal. Por outro lado, o transporte ferroviário será incrementado, na medida em que avance a sua privatização.

Energia

- A energia de base hídrica deverá continuar respondendo por mais de um terço do total. Entretanto, devido à necessidade de minimização de impactos ambientais, as grandes obras tendem a perder espaço para as PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).
- O petróleo deverá perder espaço, por causa da redução mundial do nível de emissões de gases, com valorização dos biocombustíveis líquidos. Nesse caso, tanto o álcool quanto o biodiesel serão mais importantes (destaque-se a vocação brasileira para a sua produção).
- O petróleo perderá espaço, também, porque a auto-suficiência brasileira na produção, se atingida, durará muito pouco (reservas limitadas, petróleo de baixa qualidade e elevado custo de prospecção e exploração).
- A energia eólica irá aumentar sua participação juntamente com a energia gerada com o gás natural e a energia nuclear.
- O gás natural e o carvão tendem a perder espaço para a biomassa, o álcool e fontes alternativas, como a energia solar e a eólica.

- Novas formas alternativas de energia e o incremento da utilização do gás natural nacional (*offshore* e da Amazônia) e comprado dos países vizinhos (Bolívia, Argentina, Venezuela,..) deverão substituir alguma parcela hoje ocupada pelo petróleo, que será destinado a usos mais nobres, como na petroquímica, farmacêutica, indústria de alimentos, etc .
- O biodiesel deve ser efetivamente introduzido em nossa matriz energética, num futuro não muito distante.
- No ano 2020 a indústria automotiva talvez já não esteja mais fabricando veículos com motores a explosão. A chamada "célula combustível", tecnologia que permite que os veículos sejam movidos por motores elétricos (eletricidade obtida a partir do hidrogênio), deverá privilegiar o álcool como combustível para a obtenção desse hidrogênio.
- Necessidade de aumentar investimentos na ampliação da capacidade hidrelétrica do país.
- Recuperar as condições de produção e criar melhores condições de distribuição do álcool.
- Assegurar recursos estáveis e permanentes para investimentos no aumento da capacidade hidrelétrica.
- Haverá uma busca maior pelo desenvolvimento sustentável com perda gradual de participação de combustíveis fósseis e mudança do modal de transporte, para maior eficiência.

Telecomunicações

- O modelo de competição implementado no Brasil possui alguns equívocos. O primeiro diz respeito à não observação do estágio de desenvolvimento do nosso sistema de telecomunicações, estágio esse em que a competição seria fator restritivo à universalização dos serviços. O mercado brasileiro ainda era muito pequeno para prover lucros suficientes para remunerar tão grande número de concorrentes e, ao mesmo tempo, permitir, a médio e longo prazos, o financiamento do contínuo processo de modernização da rede. O segundo

equivoco foi conduzir um processo de privatizações sem que houvesse sido consubstanciado o arcabouço regulatório (o órgão regulador sequer estava dotado de quadro técnico que permitisse cumprir suas atribuições). O terceiro, foi permitir a concorrência predatória. As estruturas de custos das operadoras locais são completamente diferentes das estruturas de custos das operadoras à distância. Com isso, permitir que empresas regionais (que além de terem seus clientes cativos, são responsáveis pela formação de mais de 70% do custo das tarifas interurbanas) entrassem no mercado de serviços à distância seria decretar a falência da Embratel.

- Embora tenha havido grandes investimentos nos primeiros anos, a concorrência deverá dar lugar à reconcentração, condição de sobrevivência para as empresas.
- As cidades brasileiras estarão em condição de aumentar a velocidade de circulação de informações, com grande vantagem para as metrópoles, que se especializarão em serviços produtivos.
- Equilibrar economico-financeiramente as concessionárias.
- Investir na manutenção e expansão do setor.
- Se houver vontade política por parte dos próximos governos, e uma adequada utilização do FUST, poderá haver um melhor acesso das populações de baixa renda aos benefícios do sistema de telecomunicações.
- As telecomunicações permitirão maior eficiência global da sociedade e estarão disponíveis, a um custo acessível, para a maior parte da população.
- Haverá uma melhora no acesso aos recursos das telecomunicações, mas ainda não de forma disseminada por toda a população, em especial as de baixa renda.
- A exclusão digital deverá ser gradualmente reduzida. O desafio para o alcance das situações desenhadas para o cenário de 2020, dependerá da implantação de um modelo de desenvolvimento endógeno induzido, vale dizer, a consecução de uma situação na qual as decisões mais importantes para as comunidades sejam tomadas pelos seus próprios membros, estimulando-se a mais intensa

participação social dos vários atores, apoiados por instituições de formação profissional, de pesquisa e desenvolvimento, de ciência e tecnologia e de financiamento.

8. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

8.1 *Conhecimento sobre o tema*

7 – 21%	21 – 64%	5 – 15%
Elevado	Acompanha debates	Pouco

Sociedade da Informação

O Brasil dispõe dos elementos essenciais (tecnologia e infra-estrutura) para a condução de uma iniciativa nacional rumo à sociedade da informação. No entanto, a inserção favorável do País nessa nova onda da economia de serviços requer um conjunto adicional de condições nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo.

O crescimento recente das telecomunicações tem democratizado o uso do telefone. Mas, mesmo com as iniciativas de popularização, o acesso à internet ainda é restrito a poucos. Além disso, é preciso competência para transformar informação em conhecimento e encontrar formas de facilitar o uso da internet para quem não possui familiaridade com redes eletrônicas e nem experiência com ambientes computacionais.

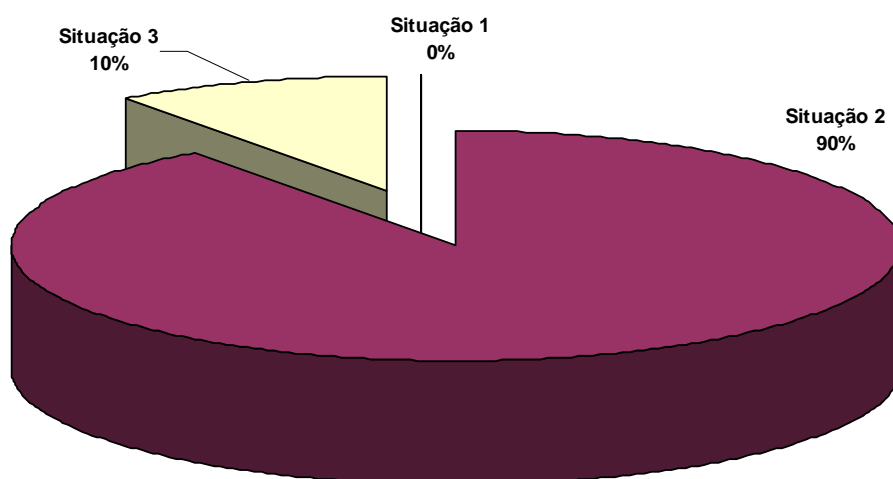
Na sua opinião, o número de usuários da internet evoluirá dos aproximadamente 14 milhões em 2002, para: _____ milhões de usuários em 2020.

Usuários internet	
Mediana	35
1ºquartil	70
3ºquartil	100

Qual a situação mais provável sobre a disponibilidade da internet no Brasil, até 2020 (indique uma alternativa):

Situação 1	Situação 2	Situação 3
0%	90%	10%
Estará restrito à população de maior nível educacional e maior renda.	Será efetivo para toda a população que tenha escolaridade básica, por meio de acesso a centros públicos de telecomunicações ou ao telefone domiciliar, devido à simplificação das interfaces.	Ficará restrito à população com educação de nível médio e acesso ao telefone domiciliar.

Figura 27: Disponibilidade de internet



8.2 Inovação e Competitividade

O Brasil, com 0,9% do PIB investido em pesquisa e desenvolvimento, por ano, em média, está muito aquém de países como Japão, Finlândia e Estados Unidos, que investem de 3 a 5% do PIB em C&T.

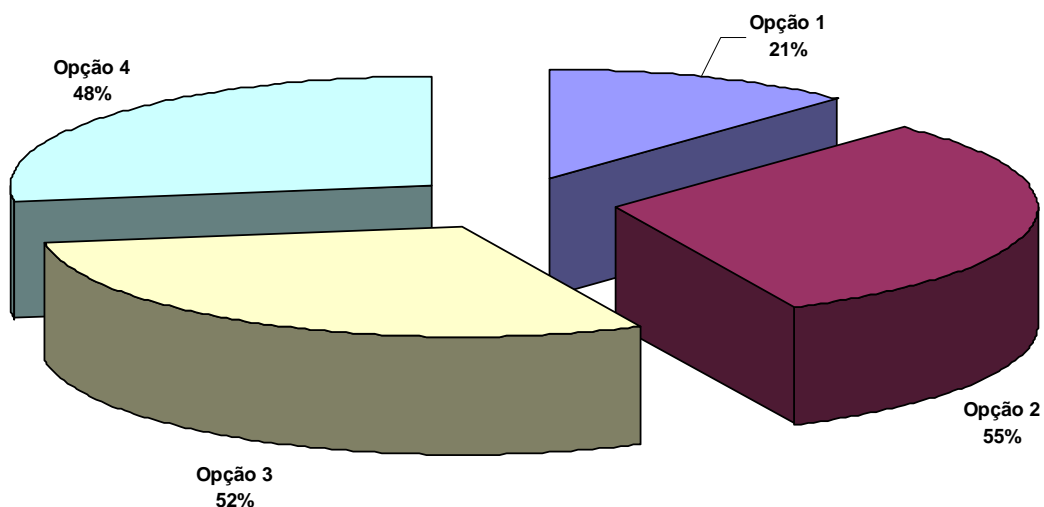
Dos 13 bilhões de reais investidos em pesquisa e desenvolvimento, em 1999, o governo responde por 63% de todo o gasto com pesquisa no país. O país ocupa a 43ª posição no *ranking* de inovação tecnológica, de acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O índice anual de registro de patentes, de 1,68 para cada 100 000 habitantes, segundo relatório do Banco Mundial, é muito pequeno quando comparado ao do Japão (273) e da Alemanha (54) e inferior ainda ao da Espanha (5,7) e da Argentina (2,3). Em 2001, o País registrou apenas 110 patentes nos Estados Unidos, ficando muito atrás de nações como Coréia e Taiwan, que obtiveram, respectivamente, em torno de 3.500 e 5.300 registros no mesmo período. Segundo um levantamento realizado pela Associação Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento de Empresas Industriais (Anpei), em média, 37% do faturamento das empresas advém de produtos com menos de cinco anos de vida. Sabe-se, ainda, que muitos dos lançamentos de produtos, no Brasil, decorrem do licenciamento e adaptação de inovações realizadas em outros países.

Indique as duas situações mais prováveis para o Brasil, até 2020. (aponte 2 alternativas)

21%	1. As empresas brasileiras caracterizam-se pela competitividade em produtos intensivos em matéria-prima, energia ou mão-de-obra, com baixo conteúdo tecnológico e pouca inovação em produtos e serviços
55%	2. As empresas brasileiras acompanham a evolução internacional em inovação de produtos e serviços, primordialmente por meio do licenciamento das matrizes de multinacionais e/ou de parcerias com fornecedores de tecnologia do exterior. O perfil de inovação é o de Seguidor tecnológico, na grande maioria dos setores.
52%	3. A indústria brasileira caracteriza-se pela capacidade de inovação de padrão internacional em alguns setores industriais, com base no desempenho de empresas nacionais de grande porte, nesses setores (Ex: aviação em geral, Embraer, Sadia, Natura)
48%	4. A indústria brasileira caracteriza-se pela capacidade de inovação decorrente do dinamismo e criatividade de empresas de pequeno e médio portes, em setores muito diversificados (Ex: informática, cosméticos, biotecnologia e serviços).

Figura 28: Inovação e competitividade



8.3 Educação

A educação é um dos temas mais importantes para o Brasil, devendo ser tratada de forma prioritária.

Do número de pessoas com idade escolar “ideal”, a distribuição dos que estão cursando os diferentes graus está apresentada no quadro abaixo.

Qual sua expectativa para a distribuição das pessoas nos diferentes graus de escolaridade em 2020?

Grau de Escolaridade (Distribuição da população com idade "ideal")	2000	2020
Ensino Fundamental	90%	%
Ensino Médio (2º grau)	33%	%
Ensino Superior	10%	%

Fonte: Adaptado IBGE – PNAD 2001 / Censo Demográfico 2000

Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
mediana	95%	mediana	50%	mediana	20%
1ºquartil	97%	1ºquartil	55%	1ºquartil	25%
3ºquartil	99%	3ºquartil	70%	3ºquartil	30%

8.4 Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020

- Discutir acesso às modernas tecnologias de informação é complicado, quando o país não consegue universalizar o acesso à água tratada, energia elétrica, saneamento básico e, até mesmo, a condições mínimas para se ter uma alimentação digna.
- 25% de aumento no número de internautas será resultado do aumento da parcela da população com nível de 2º grau. Porém, ao dobrar o percentual, não significa que essas pessoas tenham poder aquisitivo e usarão a mesma quantidade de tempo.
- No mercado brasileiro de telecomunicações há a sobreposição de investimentos em áreas rentáveis, acompanhada de relativo déficit nos investimentos na rede voltada para o público de massa. Dessa forma, há um gargalo nas redes locais

de acesso às modernas tecnologias de informação. Essas redes são baseadas em cabos de cobre e centrais analógicas, na maioria dos centros urbanos.

- Sistemas públicos de acesso às tecnologias de informação, especialmente se implantados nas periferias, apresentam-se como uma alternativa mais econômica e racional para permitir maior democratização no acesso a esses serviços.
- É muito difícil pensar que o Brasil tenha condições, especialmente financeiras, para assumir uma postura mais agressiva no campo da Ciência e Tecnologia.
- Tendência do país a acompanhar o ritmo do progresso técnico, seja licenciando novas tecnologias seja desenvolvendo internamente (especialmente grandes empresas nacionais, já consolidadas).
- Maximizar o aproveitamento de algumas vantagens comparativas, tais como a abundância e baixo custo da energia e matérias-primas. Setores em que esses fatores são relevantes na formação dos custos de produção deverão estar em posição privilegiada.
- Elevar nível de qualificação da mão-de-obra, com a substituição do padrão convencional de baixos salários por um padrão moderno de elevada produtividade.
- Assegurar a permanência das crianças nas escolas, recuperando a qualidade do ensino, a fim de, efetivamente, democratizar o acesso ao ensino superior, cuja oferta de vagas cresceu excepcionalmente, nos últimos anos, ainda que impulsionada pelas faculdades particulares. Há, com isso, a necessidade de aperfeiçoar sistemas como o FIES, de forma a permitir que o Estado Brasileiro, definitivamente, assuma o compromisso de investir no seu maior patrimônio, que é o seu povo.
- Criar um programa de incentivo ao acesso à internet para a população de mais baixo poder aquisitivo e com nível médio.
- População terá condições de captar conhecimentos e desenvolver-se, pois domina os conhecimentos básicos.

- Contingente mais elevado de técnicos de nível médio preparados para uma nova estrutura produtiva.
- Necessidade de formulação e implementação de um programa de formação de nível médio vinculado à estratégia de desenvolvimento econômico para o país.
- Uma política de apoio ao desenvolvimento tecnológico e uma maior participação do setor privado nos investimentos de P&D terão um papel fundamental para o aumento da competitividade das empresas brasileiras e para uma maior participação do Brasil no mercado internacional.
- Em 2020 haverá um nível de escolaridade maior, o que produzirá novas oportunidades, mas condicionadas, em grande parte, pela divisão internacional do trabalho.
- Melhor qualificação da população com idade para se habilitar a um mercado de trabalho mais exigente e competitivo.
- Investir em todos os níveis de ensino, sem distinção.
- Diminuir o número de escolas pagas.
- Aumentar a quantidade de escolas públicas.
- Dar efetivas condições para que todas as crianças ingressem no ensino fundamental.
- Estatizar o ensino, pelo menos o fundamental e o médio.
- As características da Nova Economia exigem políticas baseadas em redes de aprendizagem e inovação, além da interação entre diversas instituições, com objetivo de produzir ganhos e resultados mútuos.
- O Programa de Fortalecimento da Capacidade do Ministério das Relações Exteriores na Área Econômica Internacional identificou a necessidade do desenvolvimento de metodologias específicas, que resultassem na inclusão de uma nova variável no processo decisório do Ministério das Relações Exteriores. Continuação do CGECon, contando com a estrutura do Sistema de Informações em C&T, no Exterior (SICTEX).

- Fortes barreiras não tarifárias e uma nova divisão do trabalho, entre blocos e intra blocos, proporcionadas pela globalização, serão um grande desafio a ser enfrentado pelas novas gerações de brasileiros.
- É preciso alfabetizar e treinar a população para combater nas fronteiras tecnológicas.
- O e-gov deixará de ser um instrumento de modernização e passará a ser uma política de governo, onde, através da parcerias com a iniciativa privada, estará atuando para inserir o país de forma competitiva na era digital.
- Aproximar as Universidades das empresas para, juntos, promoverem mais inovações tecnológicas.
- Parece-nos que a tendência da CT&I terá um incremento acentuado, na medida em que a competitividade das empresas venha a exigir mais investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.
- O grande desafio, na formação profissional, estará no incremento dos sistemas modularizados, que deverão permitir a busca continuada de novos patamares de formação ou derivadas das demandas do próprio mercado, ou das condições individuais das pessoas.
- Todo o setor intensivo em tecnologia e inovação possui uma série de gargalos a serem ultrapassados, tais como a a expansão da base do conhecimento e a aplicabilidade desses conhecimentos em termos de benefícios econômicos e sociais. Ultrapassá-los significa ampliar a base educacional do país, tornar a economia competitiva, criar empregos e incentivos às pequenas e médias empresas de base tecnológica.

9. MOVIMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS - O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO ECONÔMICO E PRODUTIVO

9.1 *Conhecimento sobre o tema*

4 – 13%	24 – 77%	3 – 10%
Elevado	Acompanha os debates	Pouco

O papel do Estado na Economia e a questão do Planejamento podem ser discutidos segundo três pontos principais: os processos economico-sociais, a administração eficiente e um governo democrático. O Brasil tem buscado promover a gestão integrada, com o desenvolvimento de uma articulação nova entre Estado e sociedade, tendendo à descentralização e ao fortalecimento da gestão no âmbito do município. No final do século XX o Brasil acelerou bastante a democratização de suas instituições e a participação política exige o cumprimento dos direitos civis e políticos e a contribuição efetiva da sociedade para as políticas públicas.

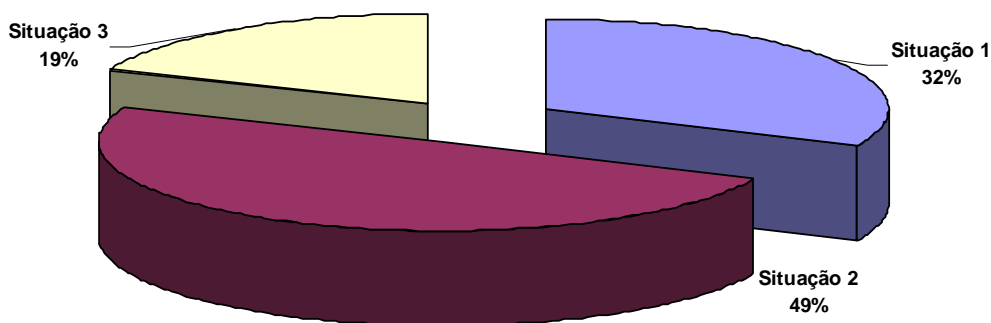
O Governo atual vem caminhando para um posicionamento mais liberal. A dosagem desses dois comportamentos, protecionista e liberal e a caracterização reguladora ou empreendedora do Estado, além do papel coordenador, são características importantes no contexto atual.

9.2 Papel do Estado

Qual a configuração do Estado mais provável em 2020? (indique uma alternativa)

Situação 1	Situação 2	Situação 3
10 – 32%	15 – 49%	6 – 19%
Papel muito limitado do Estado no setor produtivo, essencialmente Regulador	Estado com papel Regulador eventual e Empreendedor no setor produtivo, quando necessário	Estado com forte participação em áreas essenciais do setor produtivo
<p>O Estado atua praticamente só como Regulador dos mercados privados, buscando estimular a concorrência e o desenvolvimento tecnológico, limitando qualquer abuso do poder econômico.</p> <p>Setores como energia, infra-estrutura de transportes e telecomunicações são predominantemente privados. Educação, saúde, saneamento e previdência têm parcela predominante de participação privada no atendimento à população de média e alta renda e, sob tutela e subsídio do Estado, também à população mais carente.</p>	<p>O Estado atua como Regulador e Produtor, buscando estimular os investimentos privados e promover a concorrência, limitando a exploração privada dos monopólios.</p> <p>Setores como energia, infra-estrutura de transportes, telecomunicações e saneamento são amplamente privatizados, mas com regulação pública direta e capacidade efetiva de intervenção.</p> <p>Parcerias pública-privadas são um mecanismo freqüente de atuação em atividades produtivas, assim como em serviços de educação, saúde e previdência.</p>	<p>Diante das limitações da capacidade de investimento privado no país, o Estado assume o papel de agente de desenvolvimento em setores críticos de infra-estrutura de transportes, energia, telecomunicações, habitação popular e saneamento, entre outros, atuando sempre que viável em parcerias público-privadas.</p> <p>Serviços essenciais como transporte público, educação técnica, saúde e previdência são predominantemente oferecidos pelo Estado, que se estrutura para a atuação eficiente no setor produtivo, com capacitação e valorização da administração direta, controle efetivo das empresas estatais e uma reforma político institucional do aparelho de Estado.</p>

Figura 29: Papel do Estado



9.3 Participação política

Para aumentar o interesse, confiança e participação política da população, assinale a probabilidade de implantação desses instrumentos de democratização das políticas, no Brasil, até 2020. (assinale um número de 1 a 4)

Legenda (probabilidades):

- 4 - Quase certo, maior que 80%
- 3 - Alta, mais de 60% até 80%
- 2 - Incerta, de 30% a 59 %
- 1 - Baixa, menor que 30 %

Maior controle e divulgação sobre as fontes privadas de financiamento de campanhas.

1	3%
2	17%
3	57%
4	23%

Financiamento público de campanhas políticas, com severa limitação de contribuições.

1	7%
2	47%
3	23%
4	23%

Formalização e divulgação, por parte das empresas, de suas atividades de “lobby”.

1	30%
2	50%
3	13%
4	7%

Reforma política com redução do número de partidos e maior fidelidade partidária.

1	10%
2	20%
3	50%
4	20%

Descentralização: distribuição do poder Federal aos Estados e Municípios.

1	10%
2	23%
3	57%
4	10%

Meios de comunicação livres e independentes.

1	3%
2	37%
3	40%
4	20%

Comprometimento dos meios de comunicação com a educação política da população.

1	17%
2	30%
3	40%
4	13%

Orçamentos participativos nos níveis municipal, estadual e federal, se possível.

1	10%
2	60%
3	20%
4	10%

Avaliações de impacto de projetos e políticas com audiências públicas.

1	23%
2	27%
3	40%
4	10%

Representação proporcional das mulheres e das minorias.

1	17%
2	43%
3	30%
4	10%

Governo Eletrônico, com ampla consulta para atividades e práticas de Governo.

1	10%
2	17%
3	40%
4	33%

Atuação política maior das ONGs, em defesa de interesses legítimos de minorias.

1	3%
2	20%
3	57%
4	20%

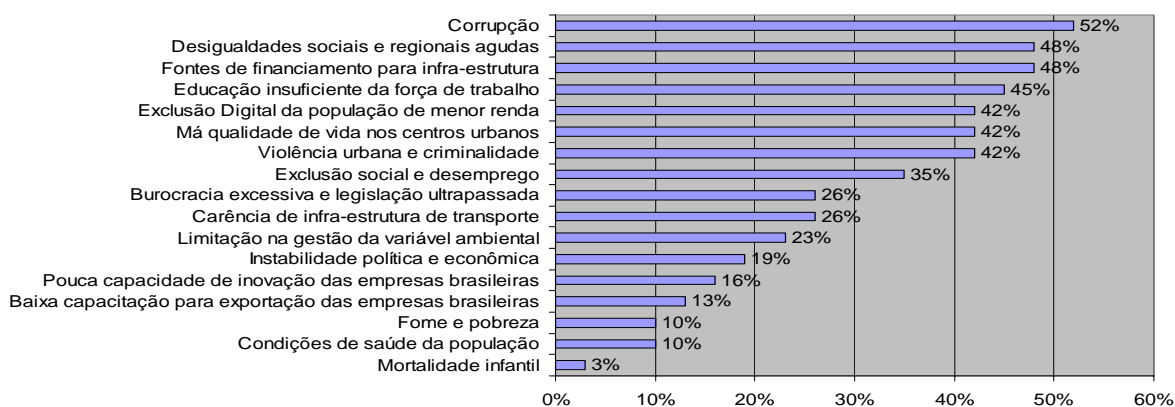
9.4 Entraves ao crescimento

Um dos desafios para a formação das Visões 2020 é identificar os problemas mais importantes do futuro, para que o Governo, as empresas e a sociedade civil atuem na sua prevenção e minoração.

Selecione até 5 problemas que ainda serão entraves importantes em 2020:

52%	Corrupção
48%	Fontes de financiamento para infra-estrutura
48%	Desigualdades sociais e regionais agudas
45%	Educação insuficiente da força de trabalho
42%	Violência urbana e criminalidade
42%	Má qualidade de vida nos centros urbanos
42%	Exclusão Digital da população de menor renda
35%	Exclusão social e desemprego
26%	Carência de infra-estrutura de transporte
26%	Burocracia excessiva e legislação ultrapassada
23%	Limitação na gestão da variável ambiental
19%	Instabilidade política e econômica
16%	Pouca capacidade de inovação das empresas brasileiras
13%	Baixa capacitação para exportação das empresas brasileiras
10%	Condições de saúde da população
10%	Fome e pobreza
3%	Mortalidade infantil

Figura 30: Entraves ao crescimento



9.5 *Descreva as implicações e desafios dessas tendências para a Visão 2020.*

- Haverá violência, má qualidade e desigualdade (financiamentos, necessidade de investimento público, provado, no sentido de dotar os centros urbanos da infraestrutura necessária à massa populacional, evitando a exclusão e proporcionando melhor qualidade de vida à população).
- Conseguir a fração de recursos suficiente para os investimentos necessários.
- Reduzir a burocracia e praticar controle efetivo, visando a eliminação da corrupção.
- Melhor distribuição de renda; sistemas judiciário e de segurança pública eficientes e eficazes; políticas de promoção da cidadania e de inclusão social; combate efetivo à pobreza; maior responsabilidade social por parte do setor privado; maior participação da sociedade nas decisões governamentais.
- Observa-se que as mudanças necessárias para melhorar a qualidade de vida nas áreas ocupadas desordenadamente, nas metrópoles, dificilmente ocorrerão no período enfocado. Esse fato se reflete nas questões da saúde pública, criminalidade e violência urbana. Referente à fome e à pobreza, são fenômenos que sempre existirão sobre o planeta. O tratamento para minimizar os seus efeitos é decorrente de uma conscientização maior dos homens que dirigem as nações do mundo e o Brasil, certamente, está caminhando para que seus governantes, à medida em que o povo vai sendo educado, sejam formados de homens com essa ótica.
- Redução do percentual da população que vive abaixo da linha de pobreza. Redução do índice de concentração de renda, com conseqüente aumento do IDH. Continuarão a existir desigualdades regionais e sociais agudas, contudo em um patamar inferior ao atual.
- Necessidade urgente das reformas: tributária, política, do sistema previdenciário e educacional.

10. VISÃO NACIONAL 2020

Conceito: Três aspectos fundamentais foram contemplados no “*Estudo dos Eixos*”; a competitividade do país no contexto de inserção internacional, a redução das desigualdades regionais e a sustentabilidade do desenvolvimento, nas vertentes ambiental, social e econômica. A Visão Estratégica para 2020 deve contemplar, entre outras, as dimensões de recursos, valores, conhecimento e as instituições, considerando os pontos fortes, as vulnerabilidades e ameaças e as oportunidades que se apresentam. Ademais, a visão estratégica deve ser realista, factível e desafiadora, servindo como fonte de inspiração para a identificação de oportunidades de investimentos em projetos estruturantes do desenvolvimento e, ainda, como referencia para a definição de critérios de priorização dos investimentos.

Visão Estratégica

Síntese: Visão Nacional do Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

O “*Estudo dos Eixos*” apontou um cenário desejável ambicioso, com PIB de US\$2,8 trilhões e uma renda per capita próxima a US\$12.800. Entretanto, esse crescimento econômico não garantirá qualidade de vida semelhante à dos países desenvolvidos para toda a população brasileira, nesse horizonte. Com essa preocupação, o Brasil deveria direcionar esforços para buscar a integração nacional e internacional, com ênfase na América Latina e na sua inserção competitiva no mundo. Deveria reduzir as disparidades regionais e sociais, ao reestruturar a base produtiva, criando oportunidades de emprego e renda, com a aplicação de conhecimento e informação, gerando inovação e agregação de valor à produção. O meio ambiente deveria ser visto como oportunidade para a implementação de investimentos sustentáveis e a infra-estrutura econômica, de transporte, telecomunicações e energia, deveria servir de modo integrado e articulado, gerando soluções econômicas e eficientes.

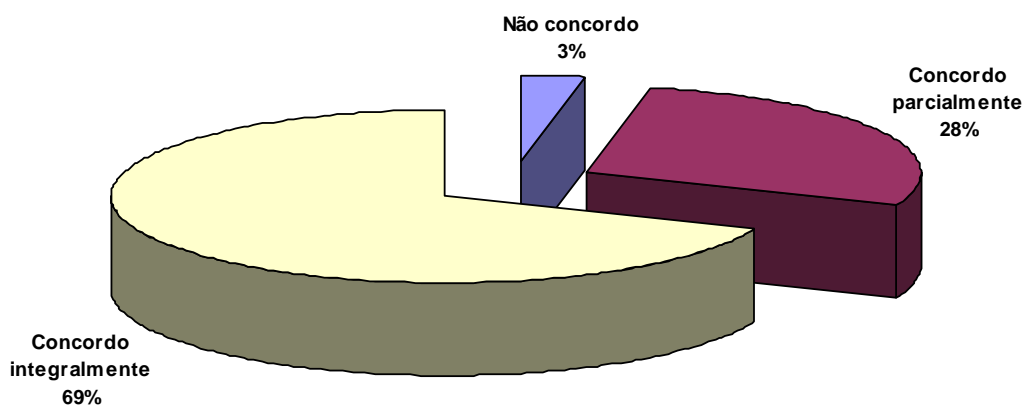
Para esta atualização do “*Estudo do Eixos*”, considerando as tendências e descontinuidades, analisadas nos temas iniciais deste estudo, e sua visão sobre uma situação desejada e viável para o País, em 2020, indique seu grau de

concordância com a Visão, acima, e proponha novos elementos a serem incorporados na Visão Estratégica Atualizada para 2020.

10.1 Indique seu grau de concordância com a visão apresentada no “Estudo dos Eixos”.

3%	28%	69%
Não concordo	Concordo parcialmente	Concordo integralmente

Figura 31: Grau de concordância



10.2 Proponha alguma alteração, apresentando uma nova visão ou descontinuidade:

- A descontinuidade seria alcançada somente com uma migração mais intensa da população das regiões sul e sudeste para essas regiões, o que pode ser conseguido por diversos mecanismos de incentivo, além dos problemas a que estarão afetos os moradores de grandes cidades, dados o futuro aumento da criminalidade e das condições adversas da grande metrópoles, como perda de qualidade de vida.
- A principal observação a ser feita é que esse processo de ocupação e exploração econômica deve estar fundamentalmente calcado no zoneamento agro-econômico-ecológico, garantindo a preservação de ecossistemas importantes, bem como áreas de risco. A amplitude geográfica dessas regiões

permite a perfeita combinação entre expansão da produção com a constituição de reservas ambientais e preservação de áreas de risco.

- Deve-se pensar nos impactos que uma maior densidade viária trará com relação a distribuição da população da região do eixo e do centro-oeste.
- A visão não deve ser apenas "exportadora", mas também IMPORTADORA de bens e serviços, desfocando a visão apenas da auto suficiência local. Discutir a visão 2020 considerando as transações possíveis no âmbito da ALCA. A integração nacional e internacional precisa ser examinada com maior sensibilidade.
- Considerar as possibilidades mais amplas de uso dos recursos hídricos estocados nos reservatórios de Tucuruí e nos demais empreendimentos a serem construídos, à montante, nos rios Tocantins e Araguaia.
- Considerar a INSERÇÃO REGIONAL PLANEJADA, como compensação pelos ENCLAVES que representam as hidrelétricas voltadas apenas para a exportação de energia elétrica.
- Considerar, na visão 2020, as repercussões dos impactos causados pelos avanços do conhecimento científico e tecnológico. Por que apenas exportador de GRÃOS? A cidade de Belém, no Pará, concentra a maior massa crítica em C&T do Eixo. Porque não incluir, na visão 2020, a sua ampliação e diversificação, pela atração de cientistas e pesquisadores de outras regiões do Brasil e do exterior ?
- Deve ser criada uma agência de desenvolvimento para a região, para permitir uma maior integração no processo de consolidação de um sistema multi-modal de transportes, com um melhor aproveitamento dos sistemas hidroviário e ferroviário. Será fundamental um esforço de industrialização da região, principalmente agregando valor aos produtos primários, e fortalecer a geração de energia e a capacitação de recursos humanos.
- O potencial agrícola da região é inegável, porém devem ser estimulados o beneficiamento dos produtos agrícolas e buscados novos mercados para esses produtos.

- Deve ser dado um impulso importante para o turismo na região, pois o pantanal representa uma possibilidade inigualável para o turismo ecológico e de lazer.
- Gostaria de ressaltar a necessidade de avanços tecnológicos, de uma forma geral, para a região, por entender que, dessa maneira, se promove o desenvolvimento real. A intensificação de pesquisas sobre as especificidades da região seria uma forma de estimular a mudança cultural, promovendo um pensar tecnológico com objetivos claramente definidos. Juntamente com essas duas abordagens, vem a questão da capacitação de recursos humanos envolvidos no manejo dessas novas tecnologias. É um processo integrado, que promove a sustentabilidade do desenvolvimento.
- Implementação de projetos na área de hidrometeorologia e clima trará benefícios estratégicos para tomada de decisões, visando minimizar os riscos hidroclimáticos nas diversas atividades desta região.

Exemplo: O setor agropecuário, no Estado de GO, tem uma importância fundamental na sua economia e no seu desenvolvimento. Agricultura moderna, incrementos na produtividade e redução nos custos de produção dependem, cada vez mais, do uso criterioso e adequado dos recursos financeiros e de técnicas que diminuam os riscos existentes durante o ciclo de desenvolvimento das culturas. Nesse processo, os agricultores precisam de informações hidrometeorológicas que possam auxiliá-los no planejamento e execução de todas as suas atividades, durante o período que vai do preparo do solo até a colheita da cultura. A cidade de Bom Jesus de Goiás já foi conhecida como a capital goiana da soja. A partir de 1977, até 1983, o cenário era confortável, tendo em vista a terra razoavelmente fértil e que a tecnologia disponível naquele período atendia às necessidades locais, proporcionando uma produtividade que representava 50% do orçamento do município, com grande importância na economia estadual. Passadas cerca de duas décadas, os avanços tecnológicos promoveram uma verdadeira revolução na agricultura mundial. Porém, Bom Jesus não acompanhou este avanço, deixando de investir em novas tecnologias. O resultado foi catastrófico, pois a atividade não prosperou e manteve-se estagnada. O fato de, no passado recente, a boa fertilidade do solo ter

propiciado bons resultados fez com que os produtores se acomodassem e não buscassem novas técnicas que garantissem o aumento da fertilidade. Como se não bastasse esse fato, as condições do clima pouco ajudam na região. Temperaturas elevadas, regime pluviométrico baixo e solos com grande teor de argila colocam a região na contramão das pesquisas desenvolvidas para boa parte do Centro-Oeste. Iniciou-se então uma nova etapa: melhorar o solo e procurar uma tecnologia adequada às necessidades das terras da região. A questão cultural, ligada diretamente aos costumes dos agricultores é fator de resistência à implementação dessas novas tecnologias, pois eles preferem acreditar em aplicação de insumos do que no investimento em máquinas e técnicas modernas, validadas por pesquisas científicas. No entanto, as características climáticas atípicas tornam muito mais difícil essa empreitada e expõem um problema: a falta de informações específicas para aquelas condições. Conhecer as características agrometeorológicas e a identificação do tipo de solo, como os perfis do solo de uma região, serve de base para a definição de estratégias de manejo que minimizem os riscos oriundos das variações hidrometeorológicas e da disponibilidade hídrica do solo.

- Na infraestrutura de transportes, o sistema viário deverá basear-se nas ferrovias Norte-Sul e Carajás e nos complexos portuários de Itaqui/MA e Vila do Conde/PA.
- Nos anos 80 foi executado um projeto, pelo Ministério do Interior e a Organização dos Estados Americanos, que estudou as oportunidades de exploração da região (Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins - PRODIAT). Parece que 20 anos depois as oportunidades sugeridas no novo estudo da região estão muito aquém da realidade local. Carece de maiores detalhamentos da realidade devido às mudanças sofridas ao longo destes vinte anos. Criou-se um novo Estado, com forte pressão sobre o meio ambiente, novas cidades, necessidade de infra-estruturas urbana e rural, etc. Enfim, houve uma redefinição político-geográfica mas, de uma forma geral, as oportunidades sugeridas no estudo (Eixo Araguaia-Tocantins) são as mesmas, 20 anos depois...

- O grande desafio é que o desenvolvimento econômico não seja acompanhado de uma forte concentração de poder em mãos de poucos.
- O investimento na hidrovía Araguaia-Tocantins (como rio regulado) não é viável, pois o rio Araguaia somente funciona como rio regulado de três a seis meses por ano.
- A tendência para a região Araguaia-Tocantins será a instalação de agro-indústrias de beneficiamento de grãos, não somente por ser maior geradora de emprego como pela demanda identificada nos mercados com os quais o Brasil tem ou poderá vir a ter relações.
- Quanto ao Centro-Oeste sugere-se considerar:
 - desenvolvimento da indústria de jóias semi-preciosas ou preciosas (das regiões de Cristalina e Santa Terezinha).
 - desenvolvimento do turismo nas regiões dos parques nacionais Chapada dos Veadeiros e do Araguaia.
 - desenvolvimento de indústrias de tecnologia de ponta no eixo Brasília - Alexânia - Goiânia e no eixo Cuiabá - Rondonópolis.
 - oficializar a Região Metropolitana do Distrito Federal, a exemplo da Região Metropolitana de Goiânia, e investir na infra-estrutura de transporte, com prioridade para o transporte público coletivo urbano, e outros serviços urbanos para que a região se torne pólo de atração de investimentos para a indústria de produtos com alto valor agregado e serviços produtivos.
- Não se justificam investimentos em ferrovias e hidrovias no Centro-Oeste, pois as cargas que sairão dessa região deverão ser típicas de caminhões e aviões, por exigirem velocidade e segurança de transporte.